



Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Data Abertura: 08/12/2021 Proc: ADM2021/000293

Interessado:

BUYSOFT DO BRASIL LTDA

PRESIDENTE

Assunto:

LICITAÇÃO


Contratação de prestação de serviços de licenciamento de programas específicos para o trabalho com design de campanhas, criação de artes e edição de vídeos

CESSO

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD**Órgão:** Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo**Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto):** Setor de TI

Responsável pela Demanda:	Matrícula:	E-mail:	Telefone:
Victor Hugo Pinto		victor.figueiredo@crc-es.org.br	1610

1. Objeto da Contratação:

Contratação de prestação de serviços de licenças de programas específicos para o trabalho com design de campanhas, criação de artes e edição de vídeos.

2. Justificativa da necessidade da contratação de serviço terceirizado:**2.1. Motivação da Contratação:**

Após análise da eficácia de divulgação das notícias unindo conteúdos com a parte da arte, ou seja, valorização dos layouts para visualização, se tornou necessário organizar melhor o setor de Comunicação, com a produção de um plano de ações baseado em estratégias assertivas e alinhadas com o público-alvo.

Sendo assim, além da Assessora de Imprensa, a equipe é composta também por um estagiário de publicidade, com destaque para a área de design. Esse estagiário vai atuar especificamente com a produção de campanhas e criação de artes que evidenciam as informações do CRCES, do Sistema CFC e das áreas afins.

Junto com a criação de layouts, tanto para as redes sociais como para o site, outro material que está com total engajamento pelos profissionais no momento de busca de informação é a produção de vídeos. Dessa forma, se torna essencial a aquisição das licenças de uso dos programas especificados, com autorização de um ano.

Serão adquiridas as seguintes licenças, tendo a autorização de utilização de um ano:

- a) Photoshop: Criação de imagens, fotos e artes, incluindo desenhos e pinturas;
- b) Illustrator: Criação de desenhos vetoriais, ilustrações e designs precisos;
- c) Premiere Pro: Edição de vídeos e filmes com qualidade profissional;
- d) InDesign: Design de páginas e layout para mídias impressa e digital.

2.2. Objetivos da Contratação:

Contratação de prestação de serviços de licenças de programas específicos para o trabalho com design de campanhas, criação de artes e edição de vídeos.

2.3. Alinhamento com o Planejamento Estratégico:



FLS.: 03
PROC.: 293/21

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

Esta contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico do CRCES, no que tange ao item – Elevar a percepção de valor da profissão contábil perante à sociedade.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da contratação correrão nas contas: 6.3.2.1.05.01.002 (Softwares)

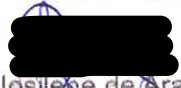
3. Quantidade de serviço a ser contratada:

Item	Tipo	Quantidade	Período
01	Compra de licenças de programas para design	04	anual

4. Previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços:

A previsão para iniciar a prestação dos serviços será no mês de janeiro de 2022.

5. Responsabilidade pela Formalização da Demanda:

Local e Data:	
Chefia responsável pela Formalização da Demanda:	 Josilene de Araujo Chefe do Setor Administrativo

6. Responsável pela Autorização da Demanda:

Local e Data:	
Vitória, 01/12/2021	
Chefia responsável pela Autorização da Demanda:	Carla Cristina Tasso Presidente do CRCES

Assinado por CARLA

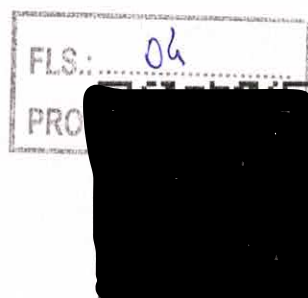
Este documento foi assinado digitalmente por CARLA CRISTINA TASSO.
Para validar a autenticidade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em
201.001.001.001/validarassinatura/ValidarDocumento_Codigo.aspx e informe o código

Data: 04/12/2021
13:30:50 +00:00





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: [REDACTED]

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas (horário de Brasília):

CARLA CRISTINA TASSO (CPF [REDACTED]) em 04/12/2021 10:30

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Minha Central de Verificação em 201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumento_Codigo.aspx e informe o código acima ou acesse o link abaixo:

[201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumentoExterno.aspx?codigo=\[REDACTED\]](http://201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumentoExterno.aspx?codigo=[REDACTED])

De: Presidência
Para: Setor Administrativo
Ref.: Contratação de prestação de serviços de licenças de programas específicos para o trabalho com design de campanhas, criação de artes e edição de vídeos.

AUTORIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA

Trata-se Contratação de prestação de serviços de licenças de programas específicos para o trabalho com design de campanhas, criação de artes e edição de vídeos, visando atender as necessidade de trabalho do Setor de Comunicação.

O Conselho Regional de Contabilidade do ES – CRCES, que integra o Sistema CFC/CRC's, tem atuado de forma efetiva e humanizada para levar as informações necessárias, e em tempo real, para toda a classe contábil do Estado do ES, assim como para a sociedade em geral.

Nesse sentido, após análise da eficácia de divulgação das notícias unindo conteúdos com a parte da arte, ou seja, valorização dos layouts para visualização, se tornou necessário organizar melhor o setor de Comunicação, com a produção de um plano de ações baseado em estratégias assertivas e alinhadas com o público-alvo.

Sendo assim, além da Assessora de Imprensa, a equipe é composta também por um estagiário de publicidade, com destaque para a área de design. Esse estagiário vai atuar especificamente com a produção de campanhas e criação de artes que evidenciam as informações do CRCES, do Sistema CFC e das áreas afins.

Junto com a criação de layouts, tanto para as redes sociais como para o site, outro material que está com total engajamento pelos profissionais no momento de busca de informação é a produção de vídeos.

Um ponto relevante é que para a produção de todos os itens que estão no plano de ações, artes e vídeos, é imprescindível a utilização de programas específicos. Dentre essas ferramentas, estão: Photoshop, Illustrator, Premiere Pro e InDesign.

Dessa forma, se torna essencial a aquisição das licenças de uso dos programas especificados, com autorização de um ano.

Vale ressaltar que todo esse planejamento tem foco em "ELEVAR A PERCEPÇÃO DO VALOR DA PROFISSÃO CONTÁBIL PERANTE A SOCIEDADE", tendo como base a multiplicação de conhecimentos e a atualização de toda a classe contábil.

Encaminho ao Setor Administrativo para o cumprimento das demais etapas legais para prosseguimento do processo de contratação.

Vitória-ES, 01 de dezembro de 2021

Contadora **CARLA CRISTINA TASSO**
Presidente

Assinado por CARLA
CRISTINA TASSO

Data: 09/12/2021
22:11:12 +00:00

Rua Amélia da Cunha Ornelas, Número 30, Bairro Bento Ferreira.
Telefone: (27) 3232-1600 – Fax: (27) 3232-1601 – CEP: 29050-620 – Vitória/ES
crces@crc-es.org.br – www.crc-es.org.br

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo**PORTARIA CRCES N.º 036, DE 19 DE ABRIL DE 2021.**

Institui a Comissão de Planejamento das Contratações do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando a importância das contratações para a organização, uma vez que possibilitam a obtenção da estrutura e logística adequadas proporcionando o alcance da sua missão institucional e do seu Planejamento Estratégico com eficácia, eficiência e efetividade;

Considerando a importância do planejamento das contratações, para que os objetivos estratégicos propostos possam ser cumpridos de forma integral, organizada e programada, otimizando os recursos empregados e possibilitando um adequado estudo e uma prévia análise e tratamento dos riscos compreendidos nas contratações;

Considerando a necessidade recorrente de compor equipes para atuar nas etapas de planejamento das contratações a serem realizadas pelo CRCES, por meio de empregados que reúnem as competências necessárias à sua completa execução, nos termos da Instrução Normativa n.º 05, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

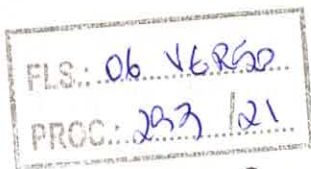
RESOLVE:

Art. 1º Nomear os funcionários **Wekson José Barbieri Mariano, Rodrigo dos Santos Sanz, Paulo Henrique Amaral Rody, Grazielly Inácio Tartaglia, Vanessa Covre Rangel Marques, Victor Hugo Pinto de Figueiredo Bernardo, Eduardo Darós Fonseca, Danielle Cristina Ramos Rodrigues**, sob a coordenação do primeiro, constituírem a Comissão de Planejamento das Contratações do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo.

Parágrafo único. A Comissão de Planejamento das Contratações contempla empregados que possuem as competências necessárias à completa execução das etapas de Planejamento das Contratações e conhecimento sobre aspectos técnicos e de uso dos objetos, licitações e contratos, entre outros.

Art. 2º A Comissão terá como atribuição a elaboração do Plano Anual de Contratações do CRCES, bem como a elaboração e acompanhamento dos estudos preliminares e do gerenciamento de riscos de cada processo licitatório a ser realizado pelo CRCES, conforme prevê a Instrução Normativa n.º 05, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620



Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Art. 3º As reuniões da Comissão, para elaboração de estudos preliminares e do gerenciamento de riscos dos processos licitatórios, deverão ser realizadas com a participação de no mínimo três integrantes, observada ainda a natureza do objeto e os aspectos técnicos a serem discutidos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se a Portaria nº 45, de 20 de maio de 2020.

Contadora **CARLA CRISTINA TASSO**
Presidente

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

Este documento foi assinado digitalmente por CARLA CRISTINA TASSO.

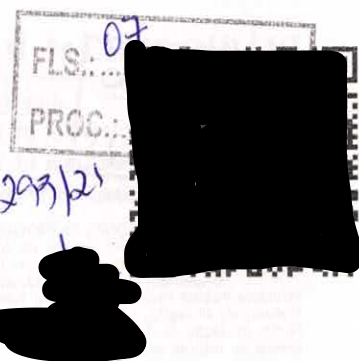
Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

201.33.18.204/spw/assinatura/digital/ValidarDocumento_Codigo.aspx e informe o código [REDACTED]





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação **15298143-143143-2021-11-0001-010**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas (horário de Brasília):

CARLA CRISTINA TASSO (CPF **[REDACTED]**) em 19/04/2021 14:32

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Minha Central de Verificação em 201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumento_Codigo.aspx e informe o código acima ou acesse o link abaixo:

201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumentoExterno.aspx?codigo=15298143-143143-2021-11-0001-010

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

COORDENADORIA DE PROVIMENTO E VACÂNCIA

PORTARIA CPV Nº 186, DE 19 DE ABRIL DE 2021

A COORDENADORIA DE PROVIMENTO E VACÂNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso da competência subdelegada pela Portaria SEG nº 01/2019, e tendo em vista o que consta do Processo nº 7839/2021 PROAD, resolve:

Dispensar, a partir de 22 de abril de 2021, ROSEMEIRE TIEME AMANO, Servidora Pública Federal, do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, removida para este Tribunal, da função comissionada de Assistente FC-02, na Seção de Pagamento de Servidores, da Secretaria de Gestão de Pessoas, em virtude de retorno ao órgão de origem.

CAROLINA MAGALHÃES SERNE CARNEVALI

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

PORTARIA Nº 120, DE 9 DE ABRIL DE 2021

O Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Nona Região, usando de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas no inciso VII do artigo 24 do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º. Cessar os efeitos do art. 3º da Portaria nº 370/GP/TRT 19ª, de 29.10.2020, que colocou a servidora Elvynna Melo Rêgo Monteiro, Técnica Judiciária do Quadro de Cargos Permanentes do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, removida para este Regional, à disposição do Setor de Informações Funcionais da Secretaria de Gestão de Pessoas.

Art. 2º. Dispensar a servidora acima mencionada da função comissionada de Secretário Especializado, de nível FC-2, da Secretaria de Orçamento e Finanças.

Art. 3º. Remover a servidora da Secretaria de Orçamento e Finanças para a Secretaria de Gestão de Pessoas, funcionando no Setor de Informações Funcionais.

Art. 4º. Os efeitos da presente Portaria vigoram a partir da publicação.

JOSÉ MARCELO VIEIRA DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 121, DE 9 DE ABRIL DE 2021

O Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Nona Região, usando de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas no inciso VII do artigo 24 do Regimento Interno, nos termos do Art. 3º, da Lei nº 8.112, de 11.12.1990, resolve:

Art. 1º. Designar a servidora Vanessa Mercenas dos Santos, Técnica Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, reafirmada para este Regional, para exercer a função comissionada de Secretário Especializado, de nível FC-2, da Secretaria de Orçamento e Finanças.

Art. 2º. Os efeitos da presente Portaria vigoram a partir da publicação.

JOSÉ MARCELO VIEIRA DE ARAÚJO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

RETIFICAÇÃO

No Ato nº 125, publicado na Seção 2 do DOU, Edição 73, de 20/04/2021, pág. 45, onde se lê: "LAÍS RIBEIRO DE SOUZA", leia-se: "LAÍS RIBEIRO DE SOUZA BEZERRA".

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 114, publicada na Seção 2 do DOU, Edição 73, de 20/04/2021, pág. 45, no corpo da portaria, onde se lê: "com efeitos a contar de 11/03/2021", leia-se: "com efeitos a contar de 12/03/2021".

Entidades de Fiscalização
do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

PORTARIA Nº 16, DE 12 DE ABRIL DE 2021

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952 e pelo Regimento Interno do Cofecon, aprovado pela Resolução Cofecon nº 1.832, de 30 de julho de 2010, publicada no DOU nº 149, de 5 de agosto de 2010, Seção 1, Páginas: 85 e 86; CONSIDERANDO o art. 8º da Deliberação nº 4.851, de 11 de abril de 2016, publicada no DOU nº 76, de 22 de abril de 2016, Seção 1, Página 245, bem como o período de afastamento da Assessora III Kélianne Souza de Jesus, no período de 12/4/2021 a 21/4/2021, resolve:

Art. 1º Nomear o empregado efetivo Danyel Willian Santos Teófilo, nomeado pela Portaria nº 12, de 12 de março de 2012, publicada no DOU nº 52, de 15 de março de 2012, Seção 2, Página: 64, para exercer, cumulativamente, e em substituição temporária, o cargo em comissão de Assessor III do Conselho Federal de Economia, nos termos do art. 8º da Deliberação nº 4.851, de 11 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

ANTONIO CORRÊA DE LACERDA

PORTARIA Nº 17, DE 20 DE ABRIL DE 2021

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952 e pelo Regimento Interno do Cofecon, aprovado pela Resolução Cofecon nº 1.832, de 30 de julho de 2010, publicada no DOU nº 149, de 5 de agosto de 2010, Seção 1, Páginas: 85 e 86; CONSIDERANDO a organização para a realização do Congresso Brasileiro de Economistas - CBE em 2021 e a necessidade de profissional qualificado para Assessorar a Comissão Organizadora do CBE, conforme Regimento Interno instituído pela Resolução nº 1.903, de 28 de novembro de 2013, publicada no DOU nº 249, de 24 de dezembro de 2013, Seção 1, Páginas: 158 e 159; CONSIDERANDO que o comitê operacional é constituído necessariamente por funcionários e Conselheiros do Cofecon e do Corecon sede do evento, conforme art. 4º da Resolução nº 1.903/2013, resolve:

Art. 1º Nomear Júlio César Poloni de Góes para o cargo de livre provimento na ocupação de Assessor III do Conselho Federal de Economia, Parágrafo único. A jornada de trabalho do empregado é de oito horas diárias e em regime de dedicação integral, podendo ser convocado sempre que presente interesse ou necessidade de serviço.

Art. 2º A prestação de serviços pelo empregado será exercida integralmente em regime de teletrabalho, observando-se aquilo que couber o disposto na Portaria de caráter interno do Cofecon nº 6, de 1º de março de 2021, a qual dispõe sobre teletrabalho, no âmbito do Cofecon. § 1º É vedado o recebimento do benefício de auxílio-transporte, bem como a realização de jornada extraordinária, não fazendo jus o empregado ao recebimento de horas extras. § 2º Excepcionalmente, a prestação dos

serviços do empregado pode exigir trabalho externo, fazendo jus ao reembolso das despesas realizadas com transporte público, desde que devidamente comprovadas e justificadas, e em restrição de necessidade do serviço.

Art. 3º O empregado deverá observar o art. 3º da Portaria citada acima, devendo dispor, às suas custas, de mobiliário e espaço físico, infraestrutura tecnológica, e de comunicação adequada à execução das atividades fora das dependências do Cofecon, sendo vedado qualquer tipo de ressarcimento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

ANTONIO CORRÊA DE LACERDA

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

PORTARIA COFEN Nº 298, DE 20 DE ABRIL DE 2021

A Presidente do Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas na Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973, bem como pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº. 421, de 15 de fevereiro de 2012;

CONSIDERANDO os termos das Decisões Cofen nºs 20/2018 e 08/2021;

CONSIDERANDO as demais deliberações da Presidência, baixa a seguinte determinação:

Art. 1º Exonerar o Sr. Guilherme Felipe de Lima, CPF nº 057.820.961-60, Matrícula nº 520, do Cargo de Assessor Assistente do Cofen.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Dê ciência e cumpra-se.

BETANIA Mª P. DOS SANTOS

PORTARIA COFEN Nº 299, DE 20 DE ABRIL DE 2021

A Presidente do Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas na Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973, bem como pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº. 421, de 15 de fevereiro de 2012;

CONSIDERANDO os termos das Decisões Cofen nºs 20/2018 e 08/2021;

CONSIDERANDO as demais deliberações da Presidência, baixa a seguinte determinação:

Art. 1º Exonerar o Sr. Cláudio Alves Porto, CPF nº 727.834.788-20, Matrícula nº 507, do Cargo de Assessor Técnico Analista II do Cofen.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Dê ciência e cumpra-se.

BETANIA Mª P. DOS SANTOS

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA CRCEs Nº 34, DE 19 DE ABRIL DE 2021

A PRESIDENTE DO CRCEs, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a necessidade de renovar a Comissão Permanente de Licitação em consonância com a Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores; resolve:

Art. 1º. Alterar a composição dos membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme a seguinte composição:

I. Presidente: Amylene Shneider Gonçalves Delunardo
II. Membros Efetivos: Grazielly Inácio Tartaglia e Roberto Luciano Soares Gomes
III. Membros Suplentes: Érika de Oliveira Correa e Victor Hugo Pinto de Figueiredo Bernardo

Art. 2º Eventualmente, outros empregados do CRCEs poderão ser convocados para participar do certame e emitir pareceres técnicos em razão das especificidades de propostas e documentos de habilitação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se a Portaria CRCEs nº 025/2020.

CARLA CRISTINA TASSO

PORTARIA CRCEs Nº 35, DE 19 DE ABRIL DE 2021

A PRESIDENTE DO CRCEs, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a necessidade de renovar a equipe de apoio de Pregão em consonância com a Lei nº 10.520/2002 e alterações posteriores; resolve:

Art. 1º. Alterar a composição dos membros da equipe Pregão, conforme a seguinte composição:

I. Pregoeira: Amylene Shneider Gonçalves Delunardo
II. Pregoeira Substituta: Grazielly Inácio Tartaglia
III. Membros Efetivos: Roberto Luciano Soares Gomes e Érika de Oliveira Correa
IV. Membros Suplentes: Victor Hugo Pinto de Figueiredo Bernardo e Helaine Soncini Pellissari

Art. 2º. Eventualmente, outros empregados do CRCEs poderão ser convocados para participarem de certames e/ou emitir pareceres técnicos em razão das especificidades de propostas e documentos de habilitação.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se a Portaria CRCEs nº 026/2020.

CARLA CRISTINA TASSO

PORTARIA CRCEs Nº 36, DE 19 DE ABRIL DE 2021

O PRESIDENTE DO CRCEs, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando a importância das contratações para a organização, uma vez que possibilitam a obtenção da estrutura e logística adequadas proporcionando o alcance da sua missão institucional e do seu Planejamento Estratégico com eficácia, eficiência e efetividade;

Considerando a importância do planejamento das contratações, para que os objetivos estratégicos propostos possam ser cumpridos de forma integral, organizada e programada, otimizando os recursos empregados e possibilitando um adequado estudo e uma prévia análise e tratamento dos riscos compreendidos nas contratações;

Considerando a necessidade recorrente de formar equipes para atuar nas etapas de planejamento das contratações a serem realizadas pelo CRCEs, por meio de empregados que reúnam as competências necessárias à sua completa execução, nos termos da Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; resolve:

Art. 1º Nomear os funcionários Welsson José Barbieri Mariano, Rodrigo dos Santos Sanz, Paulo Henrique Amaral Rody, Grazielly Inácio Tartaglia, Vanessa Corre Rangel Marques, Victor Hugo Pinto de Figueiredo Bernardo, Eduardo Darós Fonseca, Danielle Cristina Ramos Rodrigues, sob a coordenação do primeiro, constituírem a Comissão de Planejamento das Contratações do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo.

Parágrafo único. A Comissão de Planejamento das Contratações contempla empregados que possuem as competências necessárias à completa execução das etapas de Planejamento das Contratações e conhecimento sobre aspectos técnicos e de uso dos objetos, licitações e contratos, entre outros.

Art. 2º A Comissão terá como atribuição a elaboração do Plano Anual de Contratações do CRCEs, bem como a elaboração e acompanhamento dos estudos preliminares e do gerenciamento de riscos de cada processo licitatório a ser realizado



TERMO DE REFERÊNCIA Nº. 41/2021.

1 - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Conforme Lei nº. 8.666/93, art. 24, os serviços a serem contratados enquadram-se no procedimento administrativo de Dispensa de Licitação e, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, são considerados serviços comuns, uma vez que, as especificações técnicas não são complexas.

2 - DO OBJETO

2.1 Contratação de prestação de serviços de licenças de programas específicos para o trabalho com design de campanhas, criação de artes e edição de vídeos.

3 - DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

3.1 O Conselho Regional de Contabilidade do ES – CRCES, que integra o Sistema CFC/CRC's, tem atuado de forma efetiva e humanizada para levar as informações necessárias, e em tempo real, para toda a classe contábil do Estado do ES, assim como para a sociedade em geral.

Nesse sentido, após análise da eficácia de divulgação das notícias unindo conteúdos com a parte da arte, ou seja, valorização dos layouts para visualização, se tornou necessário organizar melhor o setor de Comunicação, com a produção de um plano de ações baseado em estratégias assertivas e alinhadas com o público-alvo.

Sendo assim, além da Assessora de Imprensa, a equipe é composta também por um estagiário de publicidade, com destaque para a área de design. Esse estagiário vai atuar especificamente com a produção de campanhas e criação de artes que evidenciam as informações do CRCES, do Sistema CFC e das áreas afins.

Junto com a criação de layouts, tanto para as redes sociais como para o site, outro material que está com total engajamento pelos profissionais no momento de busca de informação é a produção de vídeos.

Um ponto relevante é que para a produção de todos os itens que estão no plano de ações, artes e vídeos, é imprescindível a utilização de programas específicos. Dentre essas ferramentas, estão: Photoshop, Illustrator, Premiere Pro e InDesign.

Dessa forma, se torna essencial a aquisição das licenças de uso dos programas especificados, com autorização de um ano.

Vale ressaltar que todo esse planejamento tem foco em "ELEVAR A PERCEPÇÃO DO VALOR DA PROFISSÃO CONTÁBIL PERANTE A SOCIEDADE", tendo como base a multiplicação de conhecimentos e a atualização de toda a classe contábil.

4 - ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO

4.1 – Do detalhamento do objeto:

Serão compradas as seguintes licenças:

Item	Tipo	Quantidade	Período
01	Photoshop: Criação de imagens, fotos e artes, incluindo desenhos e pinturas	01	12 meses
02	Illustrator: Criação de desenhos vetoriais, ilustrações e designs precisos	01	12 meses
03	Premiere Pro: Edição de vídeos e filmes com qualidade profissional	01	12 meses
04	InDesign: Design de páginas e layout para mídias impressa e digital	01	12 meses

5. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO, NÃO FRAGMENTAÇÃO e FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1. O art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal determina que as obras, serviços, compras e alienações ocorram por meio de licitações;

5.2. Para regulamentar as contratações foi criada a Lei 8.666/93, mais conhecida como Lei das Licitações e Contratos;

5.3. A Lei estabelece que a administração pública contrate a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade;

5.4. A Lei previu ainda a ocorrência de contratações específicas que poderiam tornar impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções públicas. Assim, em seu art. 24, estabeleceu:

"Art. 24. É dispensável a licitação:

II – para outros serviços e compras de valor até dez por cento do limite previsto na alínea 'a' do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez."

5.5. Assim, as contratações com valores de até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais) poderão ser dispensadas de licitação.

5.6. De acordo com o art. 24 e interpretação do Tribunal de Contas da União em seu Manual de Contratações, o agente público não pode justificar o fracionamento da despesa com várias aquisições ou contratações no mesmo exercício, sob modalidade de licitação inferir àquela exigida pelo total da despesa no ano, caracterizando falta de planejamento.

que decorram direta ou indiretamente do fornecimento;

8.5 Assumir inteira responsabilidade, civil, administrativa e penal por qualquer dano ou prejuízo causado ao CRCES ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo, durante a prestação de serviço.

8.6 Emitir Nota Fiscal dos serviços prestados e encaminhar ao CRCES, juntamente com as certidões que comprovem a regularidade da empresa (tributos federais, estaduais, municipais, FGTS, débitos trabalhistas);

8.7 Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório;

8.9 Executar os serviços de acordo com as condições e especificações constantes no item 4.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Fornecer todas as informações e subsídios necessários para que a Contratada possa cumprir suas obrigações.

9.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e termo de proposta.

9.3 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como, nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4. Receber o objeto de acordo com as condições estabelecidas, verificar minuciosamente as especificações propostas e atestar as faturas/notas fiscais comprovando a prestação do serviço solicitado.

9.5. Comunicar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.6 Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com a forma e o prazo estabelecido;

9.7 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Contratada.

9.8. O CRCES não se responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados

10. DAS PENALIDADES

10.1 Salvo na hipótese de caso fortuito ou força maior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8666/93, a Contratada ficará sujeita, no caso de inadimplemento assim considerado pela Administração, de inexecução parcial ou de inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

Este documento foi assinado digitalmente por CARLA CRISTINA TASSO.

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em 201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumento ou www.crc-es.org.br

Rua Amélia da Cunha, 100 - Vitória/ES
Telefone: (27) 3232-1600 – Fax: (27) 3232-1601 – CEP: 26050-620 – Vitória/ES
crces@crc-es.org.br – www.crc-es.org.br

a) **Advertência por escrito:** nos casos de descumprimentos contratuais de menor potencial, que não gerem prejuízo para o CRCES;

b) **Suspensão temporária** do direito de participar em licitação e **impedimento de contratar** com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

c) **Impedido de licitar e contratar com a União** e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

d) Multas:

d.1) Atraso na entrega dos alimentos (item 6.2 do Termo de Referência), que não acarretarem na inefetividade da contratação, sem que haja justificativa aceita pelo contratante, a contratada ficará sujeita à multa equivalente a dez por cento (10%) do valor total do serviço solicitado.

d.2) No caso de inexecução total do contrato, será aplicada ao contratado multa equivalente a trinta por cento (30%) do valor total do contrato.

e) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos casos de prática de atos ilícitos, incluindo os atos que visam frustrar os objetivos da licitação ou contratação, tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa.

10.2 A aplicação da penalidade de multa não afasta a aplicação da penalidade de suspensão/impedimento;

10.3 Caso a empresa se recuse a retirar a Ordem de Serviço e fornecer os materiais objetos desta licitação, aplicar-se-á o previsto no art. 4º, inciso XVI, da Lei nº 10520/02, devendo as licitantes remanescentes serem convocadas na ordem de classificação de suas propostas na etapa de lances;

10.4 Da aplicação de penalidades caberá recurso, conforme disposto no art. 109 da Lei nº. 8.666/93;

10.5 As sanções administrativas somente serão aplicadas pelo CRCES após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia;

10.6 A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

10.7 O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, onde deverá ser observada a regra de contagem de prazo estabelecida no art. 110 da Lei nº. 8.666/93;

10.8 A aplicação da sanção de Declaração de Inidoneidade compete exclusivamente ao Conselheiro Presidente do CRCES, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

10.9 O CRCES poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes das multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pelo licitante.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

11.1 A Contratada será remunerada pelo preço global estabelecido no contrato.

11.2 As despesas decorrentes da contratação correrão nas contas: 6.3.2.1.05.01.002 (Softwares)

11.3 O pagamento será efetuado, em até 05 (cinco) dias úteis após apresentação da Nota Fiscal/Fatura em 01 (uma) via devidamente atestada por servidor designado pelo CRCES.

11.4 A Nota Fiscal/Fatura deverá indicar o número da Conta Corrente e Agência Bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária.

11.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.6 O pagamento das Notas Fiscais/Faturas somente será efetivado após a verificação da regularidade da empresa, com a apresentação das certidões necessárias, para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7 Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.9 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso a contratada não regularize sua situação.

11.12 De acordo com o artigo 64 da lei nº 9430, de 27.12.96, os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações da administração pública federal a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, do imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para seguridade social – COFINS e da Contribuição para o PIS/PASEP.

11.13 A tabela de bens e serviços a que se refere o item anterior está à disposição de todos os interessados no site da Receita Federal www.receita.fazenda.gov.br, (IN SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, nº 539, de 25 de abril de 2005 e nº 791, de 10 de dezembro de 2007 – DOU de 29/12/2004, 27/04/2005 e 12/12/2007) e por ocasião do pagamento, conforme o caso, todos os impostos serão retidos na fonte conforme a legislação vigente.

11.14 Além do recebimento/aceite do serviço, a Nota Fiscal deverá ser formulada, já constando os impostos que serão retidos, sob pena de devolução para correção, contando-se o prazo para o pagamento a partir do recebimento regular da mesma (IN SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, nº 539, de 25 de abril de 2005 e nº 791, de 10 de dezembro de 2007 – DOU de 29/12/2004, 27/04/2005 e 12/12/2007).

12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

12.1 O Contrato deverá ser assinado em até 30 (trinta), tendo validade e eficácia legal após a publicação na Imprensa Nacional.

12.2 O preço permanecerá fixo e irredutível durante toda a vigência do Contrato.

12.3 O acompanhamento e a fiscalização do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes do Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

12.5 Durante a execução do objeto, o *fiscal técnico* deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

12.6 O representante do Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.7 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.8 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.9 A contratação será fiscalizada por funcionário do Setor Administrativo do CRCES, que assumirá a função de Fiscal do Contrato.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 Não será admitida a subcontratação do objeto deste termo de referência.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidos as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo do objeto pactuado e haja a anuência expressa da administração à continuidade do contrato.


15. DA RESCISÃO

15.1 O contrato poderá ser rescindido por interesse comum das partes, a qualquer tempo, desde que ambas interessadas informem a outra da sua decisão, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

15.2 Em caso de rescisão a CONTRATADA atenderá as solicitações do CRCES que venham a ocorrer no período do aviso, respondendo por todos os danos causados ao Conselho, que sejam decorrentes da rescisão.

15.3 A inexecução total ou parcial do contrato por parte da CONTRATADA poderá ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

Vitória - ES, 30 de novembro de 2021


Victor Hugo Pinheiro de Figueiredo
Tecnologia da Informação

Carla Cristina Tasso
Presidente CRCES

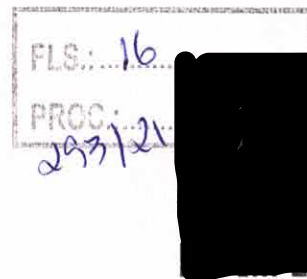
Assinado por CARLA
Este documento foi assinado digitalmente por CARLA CRISTINA TASSO.
Para verificar as assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em
2011 sua assinatura digital/ValidarDocumento. Código ass: [redacted]

Data: 08/12/2021
19:36:50 +00:00

Telefone: (27) 3232-1600 – Fax: (27) 3232-1601 – CEP: 26050-620 – Vitória/ES
crces@crc-es.org.br – www.crc-es.org.br



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



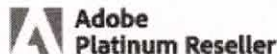
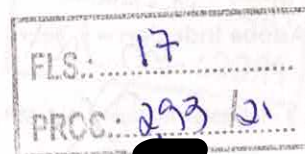
Código para verificação: [REDACTED]

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas (horário de Brasília):

CARLA CRISTINA TASSO (CPF [REDACTED]) em 08/12/2021 16:38

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Minha Central de Verificação em 201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumento_Codigo.aspx e informe o código acima ou acesse o link abaixo:

[201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumentoExterno.aspx?codigo=\[REDACTED\]](http://201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumentoExterno.aspx?codigo=[REDACTED])



PROPOSTA COMERCIAL

229167

Data de Emissão: 02/12/2021

 MAPData Tecnologia, Informática e Comércio Ltda.
 Av. Geraldo Gobbo, 278 Bairro: Boa Vista CEP 13.477-410 Americana - SP
 CNPJ: 66.582.784/0001-11 IE: 165.110.520.116

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

 Rua Amélia da Cunha Ornelas, Bairro: Bento Ferreira CEP 29050-620 Vitória - ES
 Fone: (27) 3232-1623
 CNPJ: 28.163.343/0001-96

Contato

 Nome: Victor Hugo Pinto de Figueiredo Bernardo
 Departamento: Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação
 Fone: (27) 3232-1600
 Email: victor.figueiredo@crc-es.org.br

Contato Comercial

 Nome: Thaís Abelle
 Fone: (19) 3475-4100
 Email: thais.abelle@mapdata.com.br

1 - Apresentação

A **Adobe** desenvolve programas de computador e centra-se historicamente na criação de produtos de software de multimídia, criatividade e documentação digital com grande integração com parceiros como **Microsoft** e **Autodesk**.

A **MAPData** conquistou o mais importante nível de parceria **Platinum da Adobe**, expandindo o catálogo de produtos e serviços para uma integração efetiva das soluções.

Se destaca também como principal parceiro **Platinum Autodesk** na América Latina, **Gold Partner Microsoft**.

As ferramentas **Adobe** junto aos serviços **MAPData**, possibilitam a criação de conteúdo digital inovador, adequando o uso em diversas mídias e dispositivos, além da aplicação correta das ferramentas criativas e de documentação digital nos projetos envolvidos.

Com a solução correta, os usuários de software **Adobe** são capazes de criar incríveis ações para campanhas de comunicação e marketing, além de apoiar a evolução da documentação empresarial de forma digital.

2 - Condições Comerciais

Single Apps

Adobe Photoshop CC – 1 Year

1 - Photoshop for teams ALL MP ML (Level 1 1 - 9) Team Licensing Subscription New	1	R\$ 3.375,04	R\$ 3.375,04
---	---	--------------	--------------

Adobe Illustrator CC – 1 Year

2 - Illustrator for teams ALL MP ML (Level 1 1 - 9) Team Licensing Subscription New	1	R\$ 3.375,04	R\$ 3.375,04
---	---	--------------	--------------



3 - InDesign for teams ALL MP ML (Level 1 1 - 9) Team Licensing Subscription New	1	R\$ 3.375,04	R\$ 3.375,04
--	---	--------------	--------------

Adobe Premiere Pro - 1 year

4 - Adobe Premiere Pro for teams ALL MP ML (Level 1 1 - 9) Team Licensing Subscription New	1	R\$ 3.375,04	R\$ 3.375,04
--	---	--------------	--------------

Total geral dos itens deste cenário cotados em Real:

R\$ 13.500,16

Condição de pagamento (sujeito à análise de crédito):

01 vez sem entrada-1x de R\$ 13.500,16 (30 dias da data do faturamento)

O prazo para pagamento conta-se a partir do 1o. dia após a emissão da Nota Fiscal e segue contagem subsequente para a próxima parcela.

O atraso no pagamento será acrescido de multa de 2% sobre o valor total da parcela mais mora diária de 0,26%.

Creative Cloud

Adobe Creative Cloud for teams - 1 year

1 - Creative Cloud for teams All Apps ALL MP ML (Level 1 1 - 9) Team Licensing Subscription New	1	R\$ 7.943,14	R\$ 7.943,14
---	---	--------------	--------------

Total geral dos itens deste cenário cotados em Real:

R\$ 7.943,14

Condição de pagamento (sujeito à análise de crédito):

01 vez sem entrada-1x de R\$ 7.943,14 (30 dias da data do faturamento)

O prazo para pagamento conta-se a partir do 1o. dia após a emissão da Nota Fiscal e segue contagem subsequente para a próxima parcela.

O atraso no pagamento será acrescido de multa de 2% sobre o valor total da parcela mais mora diária de 0,26%.


3 - Notas Importantes

- Todos os softwares contidos nesta proposta tem a vigência de 12 meses e a mesma não pode ser alterada após a formalização da compra.
- Impostos inclusos.
O faturamento dos itens relacionados a assinatura (subscription) de software será feito através de nota fiscal de serviço. Operação tributada exclusivamente pelo ISS conforme p. 2º, do art. 1º, da LC nº 116, de 31/07/03;
Não incide IRRF - IN nº 23 de 21/01/86;
Não incide PIS/COFINS/CSLL - Artigo 30º, da lei 10.833/2003, combinado com o artigo 647 do Decreto Nº 3.000 (RIR/99).
- Os valores foram convertidos de Dólar PTAX (US\$) para Reais (R\$) e poderão ser alterados conforme variação cambial do dia do fechamento. (Base Banco Central do Brasil - <http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/batch/taxas.asp?id=txdolar>).
- Frete CIF - Frete por conta da MAPData (somente Nota Fiscal)
- Para a venda de licenciamento CLP e VIP (Governo) é necessário a especialização do fabricante Adobe. Para mais informações acesse: <https://spark.adobe.com/page/vYURQqMipzyBd/>
- As últimas versões dos softwares Adobe não possuem compatibilidade com versões inferiores ao Windows 10.

4 - Prazo de entrega

Entrega Eletrônica de Software (ESD) gratuita e em até 02 (dois) dias.

FLS:	18
PROC:	293 / 21

**5 - Análise de crédito**

Esta proposta estará sujeita a análise e aprovação de crédito.

6 - Validade da proposta

Proposta válida por 30 dias ou até alteração da tabela por parte do fabricante.

7 - Suporte Adobe

Suporte técnico incluso.

MAPData Tecnologia Informática e Comércio

Thais Abelle, 02/12/2021



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

FLS.: 19
PROC.: 293 / 21

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: MAPDATA-TECNOLOGIA,INFORMATICA E COMERCIO LTDA
CNPJ: 66.582.784/0001-11

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:51:15 do dia 07/12/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 05/06/2022.

Código de controle da certidão: **A633.5EEA.D930.B9D6**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Página	50	1 de 1
FLS.		
PROC.	293	21

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MAPDATA-TECNOLOGIA, INFORMATICA E COMERCIO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 66.582.784/0001-11

Certidão nº: 56284819/2021

Expedição: 08/12/2021, às 10:08:56

Validade: 05/06/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MAPDATA-TECNOLOGIA, INFORMATICA E COMERCIO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **66.582.784/0001-11**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Voltar

Imprimir

FLS.: 21

PROC.: 293/21

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF****Inscrição:** 66.582.784/0001-11**Razão Social:** MAPDATA TECNOLOGIA INFORMATICA E COMERCIO LTDA**Endereço:** AV GERALDO GOBBO 278 / PARQUE BOA VISTA / AMERICANA / SP /
13477-410

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/11/2021 a 25/12/2021**Certificação Número:** 2021112614443517649987

Informação obtida em 08/12/2021 10:10:39

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



FLS.: 22
PROC.: 233 / 21

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual - MOD. 2

Certidão N° 20210000795515

Identificação do Requerente: CNPJ N° 66.582.784/0001-11

Certificamos que, até a presente data, não existe débito contra o portador do Cadastro de Pessoa Jurídica acima especificado, ficando ressalvada à Fazenda Pública Estadual o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

Certidão emitida via Sistema Eletrônico de Processamento de Dados, nos termos do Regulamento do ICMS/ES, aprovado pelo Decreto n° 1.090-R, de 25 de outubro de 2002.

Certidão emitida em **08/12/2021**, válida até **08/03/2022**.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada via internet por meio do endereço **www.sefaz.es.gov.br** ou em qualquer Agência da Receita Estadual.

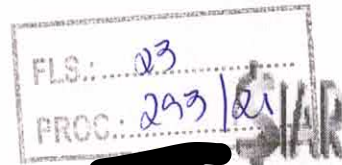
Vitória, 08/12/2021.

Autenticação eletrônica: **0004.BE33.9080.8F7D**



Prefeitura Municipal de Vitória

Secretaria de Fazenda



Certidão Negativa de Débitos

Emissão : 08/12/2021 - 10:13h

CNPJ: 66582784000111

RAZÃO SOCIAL/NOME: MAPDATA-TECNOLOGIA,INFORMATICA E COMERCIO LTDA.

Com fundamento no artigo 205 do Código Tributário Nacional (Lei 5.172/1966), certificamos que não constam em nome do sujeito passivo identificado, nesta data, débitos com a Fazenda Pública Municipal.

OBSERVAÇÕES

Documento válido até o dia 06/02/2022 e abrange apenas a pessoa física ou jurídica identificada. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar dívidas conhecidas e as apuradas após a emissão deste documento.

De acordo com a Portaria 19/2001 de 22/09/2001 da Secretaria de Fazenda de Vitória - ES , a emissão deste documento **NÃO PODERÁ SER COBRADA**.

Emitido em 08/12/2021 às 10:13 pelo AGENTE INTERNET

Para validar este documento, favor acessar o seguinte endereço:

<http://www.vitoria.es.gov.br>, "Serviços", opção "Autenticidade de documentos/ Certidão de Débitos".

Entre com a chave:

ee8f2f3e-6a35-4441-8932-6645d6dc484d

Ou realize a busca pela Inscrição Fiscal, CNPJ ou CPF.

CRESCEMOS E MUDAMOS.
SOMOS EVOLUCIONÁRIOS.



FLS.: 24
PROC.: 293/21
10 anos

Segunda-feira, 06 de dezembro de 2021

AO

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPIRITO SANTO

A empresa **BUYSOFT DO BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ (MF) nº 10.242.721/0001-61, Inscrição Estadual nº 90522909-50, localizada na Av. Advogado Horácio Raccanello Filho, 5145, 8º andar, Avenida Business Center, Zona 07, CEP 87020-035, na cidade de Maringá – PR, por meio deste vem apresentar:

PROPOSTA COMERCIAL

Item	Serviço	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
01	Creative Cloud for teams All Apps Team Licensing Subscription New Level 1 1 - 9 - Anual - GOV	01	R\$ 4.645,00	R\$ 4.645,00

Observações:

- Prazo de Entrega Licenças: em até 10 dias
- Forma de Pagamento: 30 dias
- Prazo de Validade Proposta: válida até dia 22.12.2021
- Vendedor Responsável: Iara Beatriz
- E-mail: licitacoes@buysoft.com.br
- Fone: (44) 3041-8888
- Banco do Brasil - Agência 1187-8 C/C:84676-7 - Maringá/Paraná
- Declaramos que a Buysoft é uma revenda autorizada MICROSOFT, ADOBE, AUTODESK e KASPERSKY
- Os preços contidos nesta proposta comercial incluem todos os custos e despesas; tais como, custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete.
- Não é válida para renovação.

Iara Beatriz Spadrezane
Analista de licitações
www.buysoft.com.br
E-mail: licitacoes@buysoft.com.br

10.242.721/0001-61

BUYSOFT DO BRASIL LTDA

Av. Advogado Horácio Raccanello Filho,
5145, 8º Andar Edifício Av. Business Center
Zona 07, CEP 87020-035, Maringá-PR



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

FLS.: 25
PROC.: 293 / 21

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: BUYSOFT DO BRASIL LTDA
CNPJ: 10.242.721/0001-61

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:56:31 do dia 03/12/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/06/2022.

Código de controle da certidão: **9166.FC84.4F79.55F5**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

FLS. 26
PROC. 293 / 21

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: BUYSOFT DO BRASIL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 10.242.721/0001-61

Certidão nº: 56287500/2021

Expedição: 08/12/2021, às 10:19:51

Validade: 05/06/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **BUYSOFT DO BRASIL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **10.242.721/0001-61**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Voltar

Imprimir

FLS.: 27

PROC.: 293 21

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF****Inscrição:** 10.242.721/0001-61**Razão Social:** BUYSOFT DO BRASIL LTDA**Endereço:** AV ADVOGADO HORACIO RACCANELLO FILHO 5145 SALA 01 / ZONA 07 /
MARINGÁ / PR / 87020-035

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 02/12/2021 a 31/12/2021**Certificação Número:** 2021120201080918068039

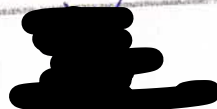
Informação obtida em 08/12/2021 10:23:13

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

FLS.: 28
PROC.: 293 / 21



Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual - MOD. 2

Certidão N° 20210000795537

Identificação do Requerente: CNPJ N° 10.242.721/0001-61

Certificamos que, até a presente data, não existe débito contra o portador do Cadastro de Pessoa Jurídica acima especificado, ficando ressalvada à Fazenda Pública Estadual o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

Certidão emitida via Sistema Eletrônico de Processamento de Dados, nos termos do Regulamento do ICMS/ES, aprovado pelo Decreto nº 1.090-R, de 25 de outubro de 2002.

Certidão emitida em **08/12/2021**, válida até **08/03/2022**.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada via internet por meio do endereço **www.sefaz.es.gov.br** ou em qualquer Agência da Receita Estadual.

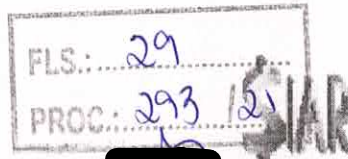
Vitória, 08/12/2021.

Autenticação eletrônica: **0014.EC33.9080.90A9**



Prefeitura Municipal de Vitória

Secretaria de Fazenda



Certidão Negativa de Débitos

Emissão : 08/12/2021 - 10:15h

CNPJ: 10242721000161

RAZÃO SOCIAL/NOME: BUYSOFT DO BRASIL LTDA

Com fundamento no artigo 205 do Código Tributário Nacional (Lei 5.172/1966), certificamos que não constam em nome do sujeito passivo identificado, nesta data, débitos com a Fazenda Pública Municipal.

OBSERVAÇÕES

Documento válido até o dia 06/02/2022 e abrange apenas a pessoa física ou jurídica identificada. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar dívidas conhecidas e as apuradas após a emissão deste documento.

De acordo com a Portaria 19/2001 de 22/09/2001 da Secretaria de Fazenda de Vitória - ES , a emissão deste documento **NÃO PODERÁ SER COBRADA**.

Emitido em 08/12/2021 às 10:15 pelo AGENTE INTERNET

Para validar este documento, favor acessar o seguinte endereço:

<http://www.vitoria.es.gov.br>, "Serviços", opção "Autenticidade de documentos/ Certidão de Débitos".

Entre com a chave:

5d3027c1-0527-4516-88d2-0de9fd8eac7c

Ou realize a busca pela Inscrição Fiscal, CNPJ ou CPF.

CRCES - Administrativo

FLS.: 30

PROC.: 293/21

De: Alisson | Rush Tech Brasil [alisson@rushtech.com.br]
Enviado em: quarta-feira, 1 de dezembro de 2021 11:31
Para: CRCES - Victor Hugo
Cc: CRCES - Wekson J. B. Mariano; CRCES - Administrativo; CRCES - Comunicacao; 'Carla Tasso'
Assunto: RES: Pedido de Orçamento - Licenciamento Adobe

Bom dia, Victor!

Infelizmente não atendemos Autarquias, Órgãos Públicos, Órgãos de Economia Mista, dentre outros Órgãos Governamentais da Administração Pública em Geral.

- Mesmo que, um órgão do Governo queira uma licença Comercial, somente revendas que façam parte da especialização governo poderão atender esse tipo de cliente.
- Todas as entidades ou Órgãos do Governo, Autarquia Federal, Economia Mista, Empresas Estatais e instituições de ensino publicas deverão ser atendidas por revenda que tenha especialização em governo, independentemente do tamanho da negociação e do licenciamento.

Atenciosamente,

Alisson Stechhahn
Telefone Direto +55 11 5041-0925
WhatsApp +55 11 3900-1177

Rush Tech Brasil | Soluções em Tecnologia para Empresa
Site: <https://www.rushtech.com.br>



De: CRCES - Victor Hugo <victor.figueiredo@crc-es.org.br>

Enviada em: quarta-feira, 1 de dezembro de 2021 11:31

Para: vendas@rushtech.com.br

Cc: CRCES - Wekson J. B. Mariano <wekson.mariano@crc-es.org.br>; CRCES - Administrativo <administrativo@crc-es.org.br>; CRCES - Comunicacao <comunicacao@crc-es.org.br>; Carla Tasso <carla@tassoconsultoria.com.br>

Assunto: Pedido de Orçamento - Licenciamento Adobe

Bom dia Prezados!

Segue **descritivo resumido** com as características **MÍNIMAS** do que necessitamos para orçamento:

Licenciamento para autorização de utilização de um ano		
Software	Descritivo	Quantidade

Photoshop	Criação de imagens, fotos e artes, incluindo desenhos e pinturas	01
Illustrator	Criação de desenhos vetoriais, ilustrações e designs precisos	01
Premiere Pro	Edição de vídeos e filmes com qualidade profissional	01
InDesign	Design de páginas e layout para mídias impressa e digital	01

Favor informar o valor individual mensal e anual e o valor total mensal e anual.

Caso a proposta possua características e/ou softwares adicionais, mas contenha as característica mínimas, será considerada.

Favor nos enviar o quanto antes pois necessitamos da solução em caráter de **urgência**.

Caso possível, nos dê uma previsão para o orçamento.

Qualquer dúvida entre em contato!

Nosso CNPJ: 28.163.343/0001-96

Aguardamos retorno.

Ao dispor,



Víctor Hugo Pinto de Figueiredo Bernardo

Operador de Sistemas

Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação

<https://crc-es.org.br> | informatica@crc-es.org.br

+55 (27) 3232-1600

Rua Amélia da Cunha Ornelas, Nº. 30, Bento Ferreira – Vitória / ES – 29050-620

Economize papel. Imprima somente o que for indispensável. O Meio Ambiente agradece

This email was scanned by Bitdefender



Proposta Comercial

Cód. Proposta: 79730

ENG DTP & Multimídia

São Paulo, 09 de Dezembro de 2021.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO

Victor Hugo Pinto de Figueiredo Bernardo

(27) 3232-1600

victor.figueiredo@crc-es.org.br

Prezados senhores,

Atendendo sua solicitação, apresentamos proposta de fornecimento de software Adobe, das quais somos Revendedores Autorizados, além de Centro de Treinamento e Consultores Certificados.

Especificações:

Item	Qtde.	Unitário	SubTotal
A - Adobe Creative Cloud For Teams Multiple Platforms Gov -Subscrição 12 meses	1	R\$ 7.250,60	R\$ 7.250,60
B - Adobe Photoshop For Teams -Subscrição 12 meses	1	R\$ 3.460,90	R\$ 3.460,90
C - Adobe Illustrator For Teams -Subscrição 12 meses	1	R\$ 3.460,90	R\$ 3.460,90
D - Adobe Premiere Pro For Teams -Subscrição 12 meses	1	R\$ 3.460,90	R\$ 3.460,90
E - Adobe InDesign For Teams -Subscrição 12 meses	1	R\$ 3.460,90	R\$ 3.460,90
Total Geral da Proposta			R\$ 21.094,20

Descritivo:

DADOS CADASTRAIS:

ENG DTP & MULTIMÍDIA COMERCIO E PRESTACAO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA

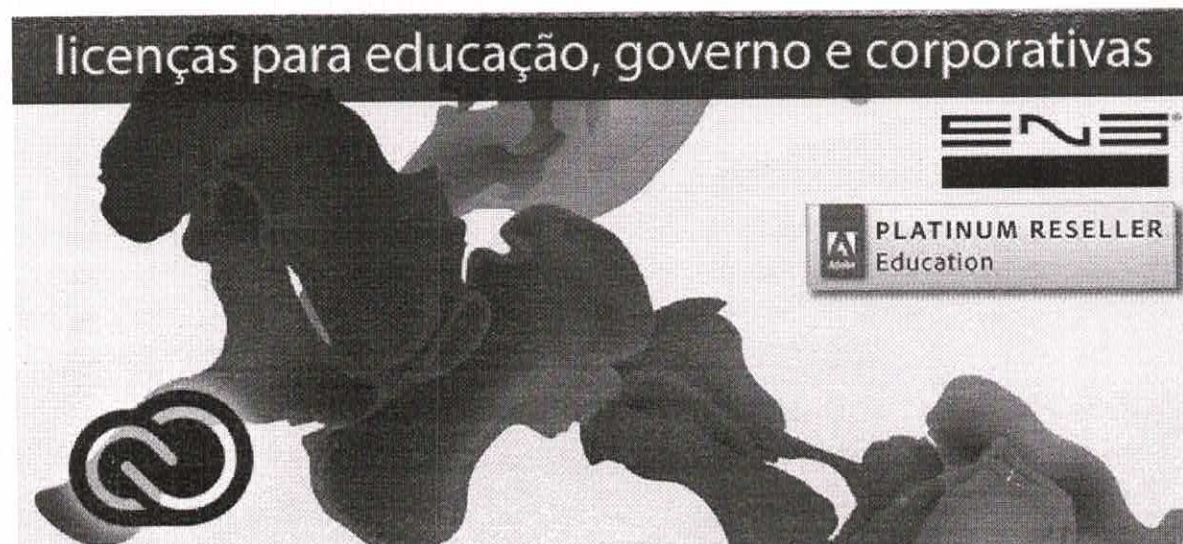
CNPJ: 03.556.998/0001-01.

Endereço: ST SBS QUADRA 2 , 12 - BLOCO: E; CONJ: 1303; Asa Sul, CEP: 70.070-120

Valores sujeitos a alteração devido a variação cambial.

Dados bancários: Banco do Brasil Ag.2801-0 CC 49.790-8

Vendedora: Sílvia Costa E-mail: silvia.costa@eng.com.br CPF: 014.190.843-21



Conheça os softwares que compõe o Creative Cloud All 2021 Apps:

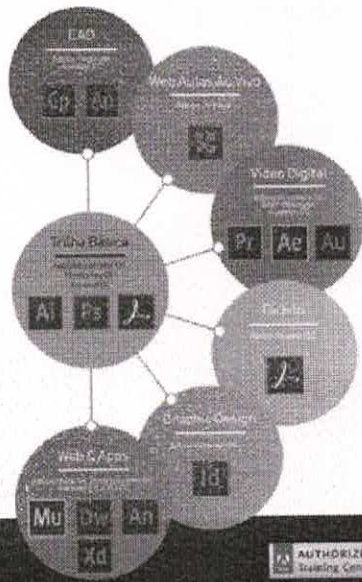
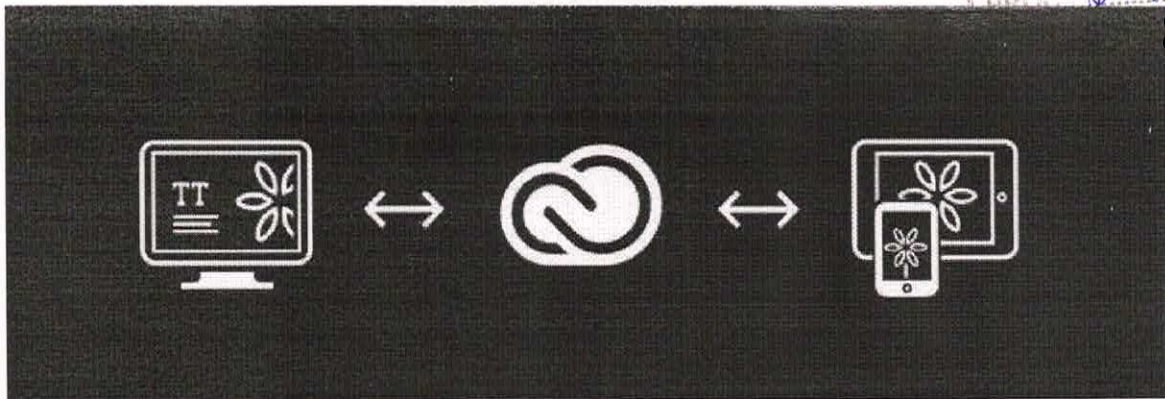
FLS.: 32
PROC.: 293 121

Softwares CC 2021	Descrição
Photoshop	Edição e composição de imagens
Lightroom	Processamento e edição de fotos digitais
Illustrator	Ilustrações e gráficos vetoriais
InDesign	Design e layout de páginas para publicação impressa e digital
Premiere Pro	Produção e edição de vídeo
After Effects	Animações e efeitos visuais cinematográficos
Dreamweaver	Web designs e projetos para dispositivos móveis
Adobe Muse	Design de sites sem programação
Acrobat Pro DC	Criação, edição e assinatura de documentos e formulários PDF
Audition	Gravação, mixagem e restauração de áudio
Bridge	Centralização dos ativos de criação
Animate (novo)	Com Animate, gere as animações multimídia com interatividade para desktop e mobile!
Experience Design (novo)	Desenvolva projetos de Design e navegação com Experiências interativas para Apps!

IMPORTANTE: A ENG oferece palestras e cursos oficiais da Adobe para professores e funcionários, para garantir excelência no uso das tecnologias acima, e com isso trazer aos alunos, a preparação para que estejam realmente preparados para o Mercado de Trabalho.

Creative Cloud para Mobile (Gratuito para alunos e professores)

Softwares CC	Descrição
Capture CC	Captura a inspiração ao seu redor com a câmera do dispositivo móvel e transforme-a em um ativo que você pode usar em projetos criativos.
Illustrator Draw	Desenhos vetoriais em qualquer lugar, com seu dispositivo móvel.
Photoshop Sketch	Desenhos expressivos.
Comp CC	Criação de composições de design usando ativos e fontes autênticas.
Experience Design	Protótipos dinâmicos e interativos de designs móveis.
Preview CC	Visualização de layouts móveis criados no Photoshop em dispositivos iOS.
Adobe Spark Page	Conversão de palavras e imagens em belas histórias para a Web, em minutos. (Antigo Adobe Slate).
Spark Post	Criação de gráficos incríveis para redes sociais, em minutos. (Antigo Adobe Post).
Spark Video	Criação de animações em vídeo impressionantes, em minutos. (Antigo Adobe Voice).
Premiere Clip	Edição de vídeos em dispositivos móveis
Photoshop Lightroom para dispositivos móveis	Edição, organização e compartilhamento de imagens em qualquer lugar.
Photoshop Mix	Edição criativa de imagens em dispositivos móveis.
Photoshop Fix	Recursos de retoque do Photoshop para todos.
Aviary	Edição de fotos avançada, de forma divertida e intuitiva.
Behance	Comunidade de criativos. A maior do mundo.
Portfolio	Portfólio Web personalizado (responsivo)



Transformação Digital com Tecnologias Adobe

AUTHORIZED
Training Center



0) TRILHA BÁSICA

Contato com a Creative Cloud e o Workflow Criativo. Desenhos vetoriais, Edição de Imagens e Geração de Arquivos Protegidos.

1) GRAPHIC DESIGN

Geração de Publicações, como livros e apostilas, para disponibilização on-line, impressão.

2) WEB & APPS

Criação de Sites estáticos e com animações. Projeto de Design e Usabilidade de Apps.

3) VÍDEO DIGITAL

Edição, Efeitos Especiais e trilha sonora, para vídeo em até 4K e publicação on-line.

4) EAD

Criação e desenvolvimento de conteúdo interativo para EAD, com animações e multimídia; integrado a LMS e também para Smartphones.

5) WEB AULAS AO VIVO

Sistema Connect com acesso a aulas via Internet, em computadores e smartphones. Aulas podem ser gravadas e disponibilizadas. Opção de grandes audiências com moderador.

6) DIREITO

Criação e Edição de Peticionamento Eletrônico maximizado. Criação de Ciclo de assinaturas de documentos eletrônicos, por terceiros, com uso da Document Cloud.

IMPORTANTE: A ENG oferece palestras e cursos oficiais da Adobe para professores e funcionários, para garantir excelência no uso das tecnologias acima, e com isso trazer aos alunos, a preparação para que estejam realmente preparados para o Mercado de Trabalho.

Breve Histórico da ENG:

- Empresa fundada em 1983, em São Paulo.
- Presente no Paraná desde 1999, e com sede própria em Curitiba desde 2006.
- Presente em Brasília desde 2000, e com sede própria desde 2009.
- Presente no Rio de Janeiro desde 2012.
- Parceria da Adobe desde 1992.
- Treinamentos Oficiais da marca desde 1993.
- Centro de Certificação desde 2002.
- Palestrante no Encontro Mundial da Adobe/Macromedia em 1999.
- Único parceiro da Adobe presente a todas as Conferências Internacionais da marca desde 1992.

- Empresa premiada com o Star Partner (única na América do Sul).
- Capacitadora Adobe para Instituições de Ensino no Brasil, tendo atendido mais de 140 entidades, e treinado mais de 1.800 professores em todo Brasil.
- Parceira Autodesk desde 2007.
- Centro de Treinamento e Certificação Autodesk desde 2007.
- Ministra Capacitações em desenvolvimento para Mobile: Android desde 2010, iOS desde 2011, e Sencha desde 2012.
- Parceira da Unity desde 2012.
- Implementadora do Programa de Excelência CENTRA Autodesk para Universidades.
- Implementa transferência de tecnologias, incluindo licenciamento de software e atividades conjuntas, para mais de 140 universidades em todo o país.
- Já capacitou mais de 30.000 pessoas nas tecnologias Adobe, Autodesk, Corel, Dassault, Microsoft, Sencha, Unity e Wacom.

Condições Comerciais:

Validade da proposta: 28/12/2021

Prazo de entrega: 5 dias

Condição de pagamento: 30 dias

Obs: Os preços e demais condições são específicos para as quantidades relacionadas. Alterações de quantidades poderão trazer consigo novos preços.

Atenciosamente,

Silvia Costa
silvia.costa@eng.com.br
ENG DTP & Multimídia
Depto Comercial (SP)
(11) 3816-3000



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

FLS.: 35
PROC.: 293 / 21



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ENGDTP & MULTIMIDIA COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS DE INFORMATICA
LTDA
CNPJ: 03.556.998/0001-01**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 13:56:48 do dia 09/12/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 07/06/2022.

Código de controle da certidão: **D009.DA9D.5D4B.DE3A**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

FLS.: 36
PROC.: 293 / 21

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ENGDTP & MULTIMIDIA COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.556.998/0001-01

Certidão nº: 56459995/2021

Expedição: 09/12/2021, às 13:58:02

Validade: 06/06/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ENGDTP & MULTIMIDIA COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.556.998/0001-01**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

FLS.: 37
PROC.: 293/21

Dúvidas mais frequentes | Início | V - 1

Situação de Regularidade do Empregador

A EMPRESA abaixo identificada está REGULAR perante o FGTS:

Inscrição: 03.556.998/0001-01

Razão social: ENGDTP E MULTIMIDIA COM PREST SERV INFORMATICA LTDA

Resultado da consulta em 09/12/2021 14:00:19

Obtenha o Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Consulte o Histórico do Empregador

Voltar

O uso destas informações para os fins previstos em lei deve ser precedido de verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

FLS.: 38
PROC.: 213 / 21

Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual - MOD. 2

Certidão N° 20210000799177

Identificação do Requerente: CNPJ N° 03.556.998/0001-01

Certificamos que, até a presente data, não existe débito contra o portador do Cadastro de Pessoa Jurídica acima especificado, ficando ressalvada à Fazenda Pública Estadual o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

Certidão emitida via Sistema Eletrônico de Processamento de Dados, nos termos do Regulamento do ICMS/ES, aprovado pelo Decreto nº 1.090-R, de 25 de outubro de 2002.

Certidão emitida em **09/12/2021**, válida até **09/03/2022**.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada via internet por meio do endereço **www.sefaz.es.gov.br** ou em qualquer Agência da Receita Estadual.

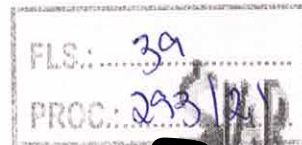
Vitória, 09/12/2021.

Autenticação eletrônica: **0018.B133.9090.E555**



Prefeitura Municipal de Vitória

Secretaria de Fazenda



Certidão Negativa de Débitos

Emissão : 09/12/2021 - 14:02h

CNPJ: 03556998000101

RAZÃO SOCIAL/NOME: ENGDTP & MULTIMIDIA COM. E PRESTAÇÃO DE SERV.DE INF.LTDA

Com fundamento no artigo 205 do Código Tributário Nacional (Lei 5.172/1966), certificamos que não constam em nome do sujeito passivo identificado, nesta data, débitos com a Fazenda Pública Municipal.

OBSERVAÇÕES

Documento válido até o dia 07/02/2022 e abrange apenas a pessoa física ou jurídica identificada. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar dívidas conhecidas e as apuradas após a emissão deste documento.

De acordo com a Portaria 19/2001 de 22/09/2001 da Secretaria de Fazenda de Vitória - ES , a emissão deste documento **NÃO PODERÁ SER COBRADA**.

Emitido em 09/12/2021 às 14:02 pelo AGENTE INTERNET

Para validar este documento, favor acessar o seguinte endereço:

<http://www.vitoria.es.gov.br>, "Serviços", opção "Autenticidade de documentos/ Certidão de Débitos".

Entre com a chave:

85b3ce09-740e-468c-8e95-d57b8fbfb5bb

Ou realize a busca pela Inscrição Fiscal, CNPJ ou CPF.

DETALHAMENTO DEMONSTRATIVO DE PREÇOS COTADOS

DESCRIÇÃO DA COTAÇÃO


Cotação para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de licenças de programas específicos para o trabalho com design de campanhas, criação de artes e edição de vídeos.

MAPA

	EMPRESA	CNPJ	VALOR DA PROPOSTA
1	MAPData	66.582.784/0001-11	7.943,14
2	BUYSOFT DO BRASIL LTDA.	10.242.721/0001-61	4.645,00
3	ENG DTP & Multimídia	03.556.998/0001-01	7.250,60

MELHOR PROPOSTA		
1	BUYSOFT DO BRASIL LTDA.	10.242.721/0001-61 4.645,00

Vitória, 09 dezembro de 2021


Josilene de Araujo
Chefe do Setor Administrativo do CRCES

CONTRATO Nº 0XX/2021- PROCESSO ADM Nº XXXXXXXX
Origem: Dispensa de Licitação - art. 24, II, Lei nº 8.666/93.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO - CRCES E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX, CONFORME AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

O Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo, com sede na rua Amélia da Cunha Ornelas, nº 30, Bento Ferreira, na cidade de Vitória/ES, inscrito no CNPJ sob o nº 28.163.343/0001-96, neste ato representado pela Presidente Carla Cristina Tasso, nomeado pela Ata nº. 1609 da Sessão Plenária Ordinária do CRCES, de 06 de janeiro de 2020, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXX, sediada na XXXXXXXXXX, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. XXXXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXX e CPF nº XXXXXXXXXX, tendo em vista o que consta no Processo nº ADM 2021/000XXX e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Contratação de prestação de serviços de licenças de programas específicos para o trabalho com design de campanhas, criação de artes e edição de vídeos.

1.2. Do detalhamento do objeto:

Item	Tipo	Quantidade	Período
01	Photoshop: Criação de imagens, fotos e artes, incluindo desenhos e pinturas	01	12 meses
02	Illustrator: Criação de desenhos vetoriais, ilustrações e designs precisos	01	12 meses
03	Premiere Pro: Edição de vídeos e filmes com qualidade profissional	01	12 meses
04	InDesign: Design de páginas e layout para mídias impressa e digital	01	12 meses

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de **R\$4.645,00**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas,

previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do CRCES para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Plano de Trabalho: 5002 – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

Dotação Orçamentária: 6.3.2.1.05.01.002 - Sftwares.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência nº 41/2021.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência nº 41/2021.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência nº 41/2021.

10. CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência nº 41/2021.

11. CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

16.1. É eleito o Foro da Justiça Federal de Vitória – Seção Judiciária do Espírito Santo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

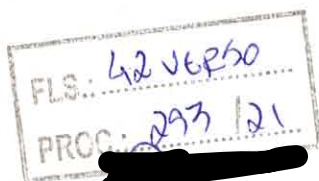
Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Vitória-ES, de de 2021

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO

Contadora Carla Cristina Tasso

Presidente



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESPÍRITO SANTO

EMPRESA

TESTEMUNHAS:

1) _____
Nome
CPF nº.

2) _____
Nome
CPF nº.

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

CHECK-LIST - ELABORAÇÃO DE PROCESSOS DE DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE

Processo número: ADM2021/000293

Data: 09/12/2021

Responsável: Josilene de Araujo

Fundamento legal:

Dispensa - Art. 24, inciso (x)

Inexigibilidade - Art. 25, inciso ()

Item	Itens a serem verificados	Situação		
		S	N	Fls.
1	A capa do processo licitatório e o nº de identificação.	x		
2	Consta Documento de Formalização da Demanda , devidamente assinado pelo responsável do setor requisitante e pela autoridade competente? (IN nº 05/2017, art. 21, I e Anexo II).	x		
3	Consta a portaria de nomeação da equipe de Planejamento da Contratação? (IN SEGES/MP nº 05/2017, art. 21, III).	x		
4	Constam os Estudos Preliminares e Gerenciamento de Riscos, em caso de contratações superiores a R\$ 17.600,00 (IN nº 05/2017, arts. 24 e 25 e Lei nº 8.666/93, art. 7º, § 1º). Contratações inferiores a R\$ 17.600,00 fica dispensado através do artigo 20, § 2º, alínea "a" da IN nº 05 de 25/05/2017.			
5	Termo de Referência/ Projeto Básico devidamente aprovado pela autoridade competente (IN nº 05/2017, art. 28 e Anexo V)	x		
6	Mapa de Apuração e Estimativa de Preços de Mercado	x		
7	Certidões / Documentação / Atos Constitutivos e RG representante legal			
8	Proposta / Pesquisa de preços.	x		
9	Informação, do Departamento de Contabilidade, sobre a dotação orçamentária.			
10	Termo de Justificativa Dispensa ou Inexigibilidade	x		
11	Minuta do Contrato (se for o caso)	x		
12	Parecer Assessoria Jurídica (Parágrafo único do artigo 38 da Lei 8.666/93)			
13	Despacho de ratificação do Presidente do CRCES (EM CASO DE INEXIGIBILIDADE).			
14	Publicação no D.I.O/ES (EM CASO DE INEXIGIBILIDADE).			
15	Contrato/ Autorização de Fornecimento.			
16	Publicação do extrato do Contrato.			
17	Consta a portaria de nomeação dos Fiscais do contrato			

OBSERVAÇÕES:

De: Setor Administrativo
Para: Coordenadoria Jurídica
Ref.: Parecer jurídico para contratação de Licenças de Software

Vitória, 09 de dezembro de 2021.

Versa o presente processo sobre a necessidade de Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de fornecimento de Licenças de programas específicos para o trabalho com design de campanhas, criação de artes e edição de vídeos do Setor de Comunicação, conforme DFD às fls.02.


De acordo com a despesa, deverá ser adotado o procedimento administrativo de Dispensa de Licitação, de conformidade com o inciso II do artigo 24 da Lei nº8666/93 e alterações.

Foram apresentados 03(três) orçamentos, tendo a empresa BUYSOFT DO BRASIL LTDA., CNPJ10.242.721/0001-61 apresentado a melhor proposta para o que se propõe a presente contratação, no valor de R\$4.645,00 (Quatro mil seiscentos e quarenta e cinco reais), estando em dia com a documentação obrigatória.

Informamos que será solicitada informação quanto a disponibilidade orçamentária para cobrir a despesa.

Encaminho os autos ao Dr. Leonardo Gonoring G. Simon, com Minuta de Contrato em anexo visando análise e parecer quanto à regularidade, na forma da Lei 8.666/93, bem como, sugestões e alterações que julgar necessárias no que se refere à devida instrução processual.

Atenciosamente,



Josilene de Araújo
Chefe do Setor Administrativo

PARECER JURÍDICO Nº 001/2022

Processo: ADM2021/000293

Interessado: PRESIDÊNCIA

Assunto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de licenças de programas específicos para trabalho com design de campanhas, criação de artes e edição de vídeos.

Considerações iniciais

1. Trata-se de processo administrativo de contratação direta, por dispensa de licitação, instaurado em 08/12/2021 por iniciativa da Presidente do CRCES para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de licenças de programas específicos para trabalho com design de campanhas, criação de artes e edição de vídeos.

2. Com o fim de operacionalizar a contratação, o processo foi encaminhado à Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer.

Delimitação do Objeto

3. As orientações jurídicas nas contratações diretas por dispensa e inexigibilidade de licitação da Assessoria Jurídica, no exercício de sua competência consultiva, possuem caráter somente opinativo, restritas aos aspectos jurídicos da contratação, em especial do instrumento de contrato, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993, recaiando exclusivamente sobre os agentes públicos competentes a responsabilidade pela regularidade dos atos do procedimento, pela veracidade das informações e justificativas postas nos autos, em especial quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante, pelo enquadramento da situação fática à hipótese legal de contratação direta e pelas demais providências orçamentárias.

Análise Jurídica

4. No presente caso a Presidente do CRCES, requisitante, pretende a formalização de contrato administrativo em razão de contratação direta com fundamento no art. 24, II, da Lei n.º 8.666/93.

5. Desse modo, em apreço ao princípio da segregação de funções¹, presumindo-se a regularidade dos atos do procedimento, veracidade das informações e justificativas postas nos autos, em especial quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante, pelo enquadramento da situação fática à hipótese legal de contratação direta e pelas demais providências orçamentárias, passa-se a análise da minuta, em estrito cumprimento art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.
6. De acordo com a Instrução Normativa n.º 5, de 26 de Maio de 2017, expedida pelo Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional – a qual o CRCES observa em conformidade a orientações expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, bem como ao Controle Interno deste Regional, o procedimento de contratação deve observar: Planejamento de Contratação, Seleção do Fornecedor e a Gestão do Contrato².
7. O planejamento da contratação, por sua vez, se consubstancia nas seguintes etapas: Estudos Preliminares, Gerenciamento de Riscos e Termo de Referência ou Projeto Básico³. Entretanto, conforme §2º, alínea “a”, do art. 20, as contratações realizadas com fundamento nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, ficam dispensadas da realização das etapas de Estudos Preliminares e Gerenciamento de Riscos.
8. Assim, considerando que a contratação pretendida nos presentes autos, por estar fundamentada no art. 24, II, da Lei n.º 8.666/93, encontra-se dispensada de Estudos Preliminares e Gerenciamento de Riscos. Passa-se, então, a análise do Termo de Referência.
9. Deve compor o Termo de Referência, de acordo com o art. 30, da IN n.º 05/2017: I - declaração do objeto; II - fundamentação da contratação; III - descrição da solução como um todo; IV - requisitos da contratação; V - modelo de execução do objeto; VI - modelo de gestão do contrato; VII - critérios de medição e pagamento;

¹ Manual de Auditoria do Sistema CFC/CRC (2007, p. 109): “princípio básico do sistema de controle interno que consiste na separação de funções, nomeadamente de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.”

² IN n.º 05/2017, art. 19.

³ Idem, art. 20.

VIII - forma de seleção do fornecedor; IX - critérios de seleção do fornecedor; X - estimativas detalhadas dos preços, com ampla pesquisa de mercado nos termos da Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014; e XI - adequação orçamentária.

10. Da análise do Termo de Referência n.º 41/2021, verifica-se a conformidade com o que é exigido pelo art. 30, da IN n.º 05/2017, de modo que hábil a instruir o processo de dispensa de licitação na forma pretendida.

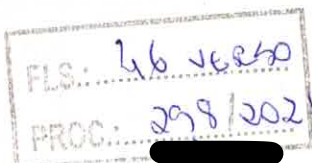
11. Sugere-se, contudo, o aprimoramento da redação o item 2.1 do Termo de Referência:

2.1 Contratação de empresa especializada no fornecimento de Licença de Uso dos softwares Photoshop, Illustrator, Premiere Pro e InDesign, específicos para o trabalho com design de campanhas, criação de artes e edição de vídeos.

12. Passando a análise da minuta de contrato, conforme estabelece o art. 55 da Lei n.º 8.666/93, são cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

- I - o objeto e seus elementos característicos;
- II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplimento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
- V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
- VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
- VIII - os casos de rescisão;
- IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
- X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
- XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
- XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13. Da análise da minuta verifica-se que se trata de instrumento reiteradamente utilizado neste Regional para contratação de fornecimento de serviços, nos quais há



a delimitação do objeto, preço, condições de pagamento, vedação de subcontratação, sanções administrativas, prazo de vigência e forma de reajuste durante a vigência e hipóteses de rescisão, observando, assim, os elementos necessários descritos no art. 55 da Lei n.º 8.666/93.

14. Quanto aos demais elementos obrigatórios, em linhas gerais, a minuta reúne os requisitos necessários no sentido de resguardar os interesses da Administração, notadamente os estabelecidos na Lei nº 8.666/93.

15. Sugere-se, contudo, o aprimoramento da redação o item 1.1 do Contrato:

2.1 Contratação de empresa especializada no fornecimento de Licença de Uso dos softwares Photoshop, Illustrator, Premiere Pro e InDesign, específicos para o trabalho com design de campanhas, criação de artes e edição de vídeos.

16. Registro, por fim, que deve a Administração se certificar de que o CRCES não realizou, nem pretende realizar, neste exercício financeiro, contratações do mesmo objeto ou de objeto de natureza similar que, somados, ultrapassem o limite máximo legal, sob pena de configuração de fracionamento ou parcelamento.

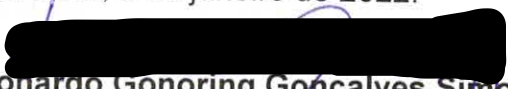
17. Além disso, não se encontra nos autos a reserva orçamentária, bem como o contrato social da empresa BUYSOFT DO BRASIL LTDA, nem os documentos pessoais do sócio administrador ou o seu representante legal.

Conclusão

18. Diante de tais apontamentos de direito opino pela regularidade jurídica do instrumento contratual, nos termos da IN n.º 05/2017 e dos arts. 54 e seguintes da Lei n.º 8.666/93, cabendo ao setor requisitante observar a ressalva dos itens 11, 15 e 17.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Vitória/ES, 3 de janeiro de 2022.


Leonardo Gonoring Gonçalves Simon
Coordenador Jurídico CRCES



CRCES

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESPÍRITO SANTO

FLS.: 47.
PROC.: 298/2021

OAB/ES [REDACTED]

TERMO DE REFERÊNCIA Nº. 41/2021.

1 - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Conforme Lei nº. 8.666/93, art. 24, os serviços a serem contratados enquadram-se no procedimento administrativo de Dispensa de Licitação e, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, são considerados serviços comuns, uma vez que, as especificações técnicas não são complexas.

2 - DO OBJETO

2.1 Contratação de empresa especializada no fornecimento de Licença de Uso dos Softwares Photoshop, Ilustrador, Premiere Pro e InDesign, específicos para o trabalho com design de campanhas, criação de artes e edição de vídeos.

3 - DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

3.1 O Conselho Regional de Contabilidade do ES – CRCES, que integra o Sistema CFC/CRC's, tem atuado de forma efetiva e humanizada para levar as informações necessárias, e em tempo real, para toda a classe contábil do Estado do ES, assim como para a sociedade em geral.

Nesse sentido, após análise da eficácia de divulgação das notícias unindo conteúdos com a parte da arte, ou seja, valorização dos layouts para visualização, se tornou necessário organizar melhor o setor de Comunicação, com a produção de um plano de ações baseado em estratégias assertivas e alinhadas com o público-alvo.

Sendo assim, além da Assessora de Imprensa, a equipe é composta também por um estagiário de publicidade, com destaque para a área de design. Esse estagiário vai atuar especificamente com a produção de campanhas e criação de artes que evidenciam as informações do CRCES, do Sistema CFC e das áreas afins.

Junto com a criação de layouts, tanto para as redes sociais como para o site, outro material que está com total engajamento pelos profissionais no momento de busca de informação é a produção de vídeos.

Um ponto relevante é que para a produção de todos os itens que estão no plano de ações, artes e vídeos, é imprescindível a utilização de programas específicos. Dentre essas ferramentas, estão: Photoshop, Illustrator, Premiere Pro e InDesign.

Dessa forma, se torna essencial a aquisição das licenças de uso dos programas especificados, com autorização de um ano.

Vale ressaltar que todo esse planejamento tem foco em “ELEVAR A PERCEPÇÃO DO VALOR DA PROFISSÃO CONTÁBIL PERANTE A SOCIEDADE”, tendo como base a multiplicação de conhecimentos e a atualização de toda a classe contábil.

4 - ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO

4.1. Serão compradas as seguintes licenças:

Item	Tipo	Quantidade	Período
01	Photoshop: Criação de imagens, fotos e artes, incluindo desenhos e pinturas	01	12 meses
02	Illustrator: Criação de desenhos vetoriais, ilustrações e designs precisos	01	12 meses
03	Premiere Pro: Edição de vídeos e filmes com qualidade profissional	01	12 meses
04	InDesign: Design de páginas e layout para mídias impressa e digital	01	12 meses

5. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO, NÃO FRAGMENTAÇÃO e FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1. O art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal determina que as obras, serviços, compras e alienações ocorram por meio de licitações;

5.2. Para regulamentar as contratações foi criada a Lei 8.666/93, mais conhecida como Lei das Licitações e Contratos;

5.3. A Lei estabelece que a administração pública contrate a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade;

5.4. A Lei previu ainda a ocorrência de contratações específicas que poderiam tornar impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções públicas. Assim, em seu art. 24, estabeleceu:

"Art. 24. É dispensável a licitação:

II – para outros serviços e compras de valor até dez por cento do limite previsto na alínea 'a' do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez."

5.5. Assim, as contratações com valores de até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais) poderão ser dispensadas de licitação.

5.6. De acordo com o art. 24 e interpretação do Tribunal de Contas da União em seu Manual de Contratações, o agente público não pode justificar o fracionamento da despesa com várias aquisições ou contratações no mesmo exercício, sob modalidade de licitação inferir àquela exigida pelo total da despesa no ano, caracterizando falta de planejamento.

5.6. A contratação foi inserida no Plano Anual de Contratações e consta no processo comprovação de que não há fragmentação do objeto.

5.7. A contratação dos serviços foi desmembrada de modo a possibilitar o maior número de participantes em cada tipo de divulgação.

5.8. Os serviços contratados deverão contribuir com o cumprimento do objetivo estratégico de elevar a percepção de valorização da profissão contábil.

6. DOS PRAZOS

6.1 A solicitação do objeto será encaminhada à contratada, mediante apresentação de requisição padronizada e assinada por servidor previamente credenciado, ou por email, quando for o caso, com especificação detalhada.

7. DA PROPOSTA DE PREÇO

7.1 Apresentar proposta com descrição individual, de acordo com as especificações exigidas neste Termo, e apresentar o preço total, com valor expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso.

7.2. Os preços para a aquisição do objeto deste termo de referência são fixos e irrevogáveis para o período contratado, conforme preceitua o art. 65 da Lei 8.666/93;

7.3. Os valores máximos admitidos para a contratação serão de:

Item	Tipo	Quantidade	Período	Valor (R\$) Unitário
01	Compra de licenças de programas para design	04	Anual	R\$ 1.740,00

Total: R\$ 6.960,00 (seis mil novecentos e sessenta reais).

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Não transferir para outrem, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia e expressa anuência do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo;

8.2. A contratada deverá fornecer a contratante os comprovantes de prestação dos serviços após a contratação;

8.3 Prestar suporte ao usuário por e-mail e telefone, de segunda à sexta-feira, de 8h às 18h, pelo período contratual;

8.4 Responsabilizar-se por todos os tributos e contribuições, tais como impostos, taxas ou outros

que decorram direta ou indiretamente do fornecimento;

8.5 Assumir inteira responsabilidade, civil, administrativa e penal por qualquer dano ou prejuízo causado ao CRCES ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo, durante a prestação de serviço.

8.6 Emitir Nota Fiscal dos serviços prestados e encaminhar ao CRCES, juntamente com as certidões que comprovem a regularidade da empresa (tributos federais, estaduais, municipais, FGTS, débitos trabalhistas);

8.7 Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório;

8.9 Executar os serviços de acordo com as condições e especificações constantes no item 4.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Fornecer todas as informações e subsídios necessários para que a Contratada possa cumprir suas obrigações.

9.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e termo de proposta.

9.3 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como, nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4. Receber o objeto de acordo com as condições estabelecidas, verificar minuciosamente as especificações propostas e atestar as faturas/ notas fiscais comprovando a prestação do serviço solicitado.

9.5. Comunicar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.6 Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com a forma e o prazo estabelecido;

9.7 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Contratada.

9.8. O CRCES não se responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DAS PENALIDADES

10.1 Salvo na hipótese de caso fortuito ou força maior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8666/93, a Contratada ficará sujeita, no caso de inadimplemento assim considerado pela Administração, de inexecução parcial ou de inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) **Advertência por escrito:** nos casos de descumprimentos contratuais de menor potencial, que não gerem prejuízo para o CRCES;

b) **Suspensão temporária** do direito de participar em licitação e **impedimento de contratar** com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

c) **Impedido de licitar e contratar com a União** e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

d) **Multas:**

d.1) Atraso na entrega dos alimentos (item 6.2 do Termo de Referência), que não acarretarem na inefetividade da contratação, sem que haja justificativa aceita pelo contratante, a contratada ficará sujeita à multa equivalente a dez por cento (10%) do valor total do serviço solicitado.

d.2) No caso de inexecução total do contrato, será aplicada ao contratado multa equivalente a trinta por cento (30%) do valor total do contrato.

e) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos casos de prática de atos ilícitos, incluindo os atos que visam frustrar os objetivos da licitação ou contratação, tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa.

10.2 A aplicação da penalidade de multa não afasta a aplicação da penalidade de suspensão/impedimento;

10.3 Caso a empresa se recuse a retirar a Ordem de Serviço e fornecer os materiais objetos desta licitação, aplicar-se-á o previsto no art. 4º, inciso XVI, da Lei nº 10520/02, devendo as licitantes remanescentes serem convocadas na ordem de classificação de suas propostas na etapa de lances;

10.4 Da aplicação de penalidades caberá recurso, conforme disposto no art. 109 da Lei nº. 8.666/93;

10.5 As sanções administrativas somente serão aplicadas pelo CRCES após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia;

10.6 A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

10.7 O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, onde deverá ser observada a regra de contagem de prazo estabelecida no art. 110 da Lei nº. 8666/93;

10.8 A aplicação da sanção de Declaração de Inidoneidade compete exclusivamente ao Conselheiro Presidente do CRCES, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

10.9 O CRCES poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes das multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pelo licitante.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

11.1 A Contratada será remunerada pelo preço global estabelecido no contrato.

11.2 As despesas decorrentes da contratação correrão nas contas: 6.3.2.1.05.01.002 (Softwares)

11.3 O pagamento será efetuado, em até 05 (cinco) dias úteis após apresentação da Nota Fiscal/Fatura em 01 (uma) via devidamente atestada por servidor designado pelo CRCES.

11.4 A Nota Fiscal/Fatura deverá indicar o número da Conta Corrente e Agência Bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária.

11.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.6 O pagamento das Notas Fiscais/Faturas somente será efetivado após a verificação da regularidade da empresa, com a apresentação das certidões necessárias, para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7 Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.9 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso a contratada não regularize sua situação.

11.12 De acordo com o artigo 64 da lei nº 9430, de 27.12.96, os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações da administração pública federal a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, do imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para seguridade social – COFINS e da Contribuição para o PIS/PASEP.

11.13 A tabela de bens e serviços a que se refere o item anterior está à disposição de todos os interessados no site da Receita Federal www.receita.fazenda.gov.br, (IN SRF nº 1.234, de 11 de



janeiro de 2012, nº 539, de 25 de abril de 2005 e nº 791, de 10 de dezembro de 2007 – DOU de 29/12/2004, 27/04/2005 e 12/12/2007) e por ocasião do pagamento, conforme o caso, todos os impostos serão retidos na fonte conforme a legislação vigente.

11.14 Além do recebimento/aceite do serviço, a Nota Fiscal deverá ser formulada, já constando os impostos que serão retidos, sob pena de devolução para correção, contando-se o prazo para o pagamento a partir do recebimento regular da mesma (IN SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, nº 539, de 25 de abril de 2005 e nº 791, de 10 de dezembro de 2007 – DOU de 29/12/2004, 27/04/2005 e 12/12/2007).

12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

12.1 O Contrato deverá ser assinado em até 30 (trinta), tendo validade e eficácia legal após a publicação na Imprensa Nacional.

12.2 O preço permanecerá fixo e irredutível durante toda a vigência do Contrato.

12.3 O acompanhamento e a fiscalização do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes do Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

12.5 Durante a execução do objeto, o *fiscal técnico* deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

12.6 O representante do Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.7 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.8 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.9 A contratação será fiscalizada por funcionário do Setor Administrativo do CRCES, que assumirá a função de Fiscal do Contrato.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 Não será admitida a subcontratação do objeto deste termo de referência.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidos as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo do objeto pactuado e haja a anuência expressa da administração à continuidade do contrato.

15. DA RESCISÃO

15.1 O contrato poderá ser rescindido por interesse comum das partes, a qualquer tempo, desde que ambas interessadas informem a outra da sua decisão, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

15.2 Em caso de rescisão a CONTRATADA atenderá as solicitações do CRCES que venham a ocorrer no período do aviso, respondendo por todos os danos causados ao Conselho, que sejam decorrentes da rescisão.

15.3 A inexecução total ou parcial do contrato por parte da CONTRATADA poderá ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

Vitória - ES, XX de novembro de 2021

Danielle Cristina Ramos Rodrigues
Assessora de comunicação do CRCES

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
DE SOCIEDADE LIMITADA DENOMINADA DE:**

BUYSOFT DO BRASIL LTDA

NONA ALTERAÇÃO

CNPJ: 10.242.721/0001-61

2

NIRE: 41206258325

FLS.: 52
PROC.: 298/2021

CLÁUSULA PRIMEIRA: Da Mudança de dados dos Sócios

1.1. O Sócio - CLEMILSON ROBERTO CORREIA, altera o seu [REDACTED], conforme Certidão de Averbação – Matrícula nº [REDACTED], do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do Município de [REDACTED], Estado do Paraná, e seu endereço para [REDACTED], CEP: [REDACTED], na Cidade de [REDACTED], Estado do [REDACTED], passando a ser qualificado como:

1.1.1. CLEMILSON ROBERTO CORREIA, [REDACTED], capaz, [REDACTED], natural de [REDACTED], nascido em [REDACTED], empresário, portador da Cédula de Identidade – RG nº [REDACTED] e inscrito no CPF/MF sob nº [REDACTED], residente e domiciliado na Avenida [REDACTED], nº [REDACTED], Edifício [REDACTED], Apartamento [REDACTED], CEP: [REDACTED], na Cidade de [REDACTED], Estado do [REDACTED].

1.2. A sócia - RUTI MARQUES PEDRINI CORREIA, altera o seu [REDACTED], conforme Certidão de Averbação – Matrícula nº [REDACTED], do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do Município de [REDACTED], Estado do Paraná, e volta a usar o seu nome de solteira **RUTI MARQUES PEDRINI**, alterando também o seu endereço para Avenida [REDACTED], nº [REDACTED], Edifício [REDACTED], apartamento [REDACTED], CEP: [REDACTED], na Cidade de [REDACTED], Estado do [REDACTED], passando a ser qualificada como:

1.2.1. RUTI MARQUES PEDRINI, [REDACTED], capaz, [REDACTED], natural de [REDACTED], nascida em [REDACTED], empresária, portadora da Cédula de Identidade – RG nº [REDACTED] inscrita no CPF/MF sob nº [REDACTED], residente e domiciliado na Avenida [REDACTED], Edifício [REDACTED], apartamento [REDACTED], CEP: [REDACTED], na Cidade de [REDACTED], Estado do [REDACTED].

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
DE SOCIEDADE LIMITADA DENOMINADA DE:****BUYSOFT DO BRASIL LTDA****NONA ALTERAÇÃO****CNPJ: 10.242.721/0001-61****3****NIRE: 41206258325**

FLS.: 53

PROC.: 28/2021

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Administração

2.1. A administração da Sociedade será exercida por Administradores nomeados pela Sociedade, sócios ou não, com aprovação de **75%** (setenta e cinco por cento) do capital social.

2.1.1. Que por este instrumento os sócios quotistas em sua totalidade aprovam a nomeação para exercer a Administração da Sociedade o seguinte Administrador:

(a). **CLEMILSON ROBERTO CORREIA**, [REDACTED], capaz, [REDACTED], natural de [REDACTED] nascido em [REDACTED], empresário, portador da Cédula de Identidade – RG nº [REDACTED] e inscrito no CPF/MF sob nº [REDACTED], residente e domiciliado na Avenida [REDACTED] nº [REDACTED], Edifício [REDACTED], Apartamento [REDACTED], CEP: [REDACTED], na Cidade de [REDACTED], Estado do [REDACTED]

2.2. Ao Administrador – **CLEMILSON ROBERTO CORREIA**, já qualificado anteriormente, *competente individualmente*, o uso da firma e a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da sociedade, sendo-lhe, autorizado o emprego em operações ou negócios estranhos ao objeto social, respeitando as condições a seguir:

(a) Para os atos administrativos internos da Sociedade Empresária, atendimento junto às repartições públicas e assinaturas de documentos administrativos e institucionais, prestar informações da Sociedade para a Receita Federal do Brasil, Receita Estadual, Prefeitura, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho, Autarquias, Caixas Econômicas Federal/Fundo de Garantia, IBAMA, IAP, IPEM, Vigilância Sanitária, Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça do Trabalho, INCRA, Companhias Telefônicas, Administradoras de Consórcios, Polícia Federal e Estadual, Alfândegas; Administradoras de Cartões de Créditos, e demais Órgãos Governamentais de Administração Pública Direta ou Indireta, INSS, Sindicatos de Classe;

(b) Também para os atos administrativos de: admitir, promover, suspender, dispensar, demitir e contratar empregados;

(c) Outorga de procurações com finalidade exclusiva com a cláusula “*Ad judicia*” ou seja,

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
DE SOCIEDADE LIMITADA DENOMINADA DE:****BUYSOFT DO BRASIL LTDA****NONA ALTERAÇÃO****CNPJ: 10.242.721/0001-61****4****NIRE: 41206258325**FLS.: 54
PROC.: 298/2021

representar a Sociedade exclusivamente em ações judiciais nos respectivos fóruns não necessitará constar prazo de validade, podendo a qualquer tempo fazer a substituição do representante judicial na forma da lei ;

(d) Com poderes específicos para representar a Sociedade Empresária, perante a qualquer Autoridade Certificadora no âmbito da ICP-Brasil nos atos relativos a Validação da solicitação de Certificado Digital;

(e) Emissão, Endosso de cheques, saques, e ordens de pagamento para cobrança, e depósitos em nome da empresa; emissão de duplicatas e faturas; endosso de títulos em geral para cobrança em nome da empresa; receber e dar quitação;

(f) assinar, aceitar, notas promissórias, duplicatas, letras de câmbio, cédulas de crédito rural, industrial e comercial, e quaisquer outros títulos de crédito;

(g) abrir, movimentar ou encerrar contas bancárias;

(h) assinar o balanço geral e demais documentos contábeis e societários;

(i) assinar ações, títulos múltiplos e cautelas representativas das ações do Capital Social;

(j) assinar todos os documentos de gestão, contratação, demissão e demais relações trabalhistas e previdenciárias.

2.3. Para os atos abaixo discriminados será obrigatório, mediante deliberação societária que representem 75% do capital social.

(a) alienação a qualquer título de bens móveis e imóveis da Sociedade.

(b) contratação junto às instituições financeiras públicas ou privadas de créditos financiamentos e empréstimos, podendo para tanto dar em garantia hipotecária ou pignoratícia, os bens móveis ou imóveis da Sociedade, assinando os respectivos contratos, cédulas, escrituras e outros documentos, nos termos do parágrafo seguinte assumindo, em decorrência, em nome da Sociedade, todas as obrigações do Contrato firmado.

(c) constituição de procuradores para representar a sociedade para prática de atos, atribuições e

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
DE SOCIEDADE LIMITADA DENOMINADA DE:**

BUYSOFT DO BRASIL LTDA

NONA ALTERAÇÃO

CNPJ: 10.242.721/0001-61

5

NIRE: 41206258325

FLS.: 55
PROC.: 2018 2011



competência especificando detalhamento no instrumento de procuração e o seu prazo de duração que não poderá ser superior a 365 dias.

(d) aval, fiança ou ainda concessão de garantias com bens da sociedade em negócio ou empreendimentos da sociedade, dos sócios, suas coligadas e suas controladas.

2.4. Ficando a sócia – RUTI MARQUES PEDRINI, com poderes de gestão administrativa, limitados aos itens descritos nas letras “a” à “j”, do item 2.2, desta Cláusula.

2.5. Declaração de Desimpedimento – A Administradora declara não estar incurso em nenhum impedimento legal, que o impeça de exercer a atividade de empresário.

2.5.1. O ADMINISTRADOR declara, sob as penas da LEI, de que não está impedido de exercerem a administração da sociedade empresária, por LEI especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fê pública, ou a propriedade.

2.6. O Administrador é vedado fazer uso do nome empresarial na prestação de garantia, fiança, cauções, aval ou qualquer outro título de favor, em atividades estranhas ao interesse social ou na assunção de obrigações de favor, desde que representada ou autorizadas pelos sócios que representem mais da metade do Capital Social (Artº 1017 e Art. 1065 – CC/2002).

2.7. Em caso de doença, morte, interdição judicial, ou ainda qualquer outro ato(sequestro, prisão, viagem ao exterior), que impossibilitem o Administrador – **CLEMILSON ROBERTO CORREIA**, designados no *caput* desta cláusula de exercer os atos de gestão que lhe foram atribuídos, a sócia – **RUTI MARQUES PEDRINI**, já qualificada anteriormente exercerá a totalidade dos poderes investidos ao Administrador originário, exceto para os atos abaixo, o qual deverá ter autorização do sócio que representem, mais que 75%(setenta e cinco por cento) do Capital Social.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
DE SOCIEDADE LIMITADA DENOMINADA DE:**

BUYSOFT DO BRASIL LTDA

NONA ALTERAÇÃO

CNPJ: 10.242.721/0001-61

6

NIRE: 41206258325

FLS.: 56
PROC.: 208 2021

2.7.1. Com todos os poderes de representação da sociedade, ativa e passiva pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias;

2.7.2. Não podendo alienar imóveis da sociedade.

2.8. É expressamente vedado a Administradora, ou a qualquer procurador nomeado na forma deste Contrato, praticar atos ou utilizar-se da denominação social em negócios ou instrumentos de qualquer natureza, estranhos aos objetivos sociais, assim como avalizar ou afiançar obrigações de terceiros, ou prestar quaisquer outras garantias ou assumir obrigações e responsabilidades em nome da Sociedade, não produzindo quaisquer desses atos porventura praticados, efeitos em relação à Sociedade, salvo se, cumulativamente:

- a) a Sociedade estiver representada por todos os Sócios, ou por Procurador com poderes especiais e específicos para a prática dos atos mencionados nesta cláusula e, em qualquer situação;
- b) tenha havido prévia autorização por escrito em Assembleia de Sócios.

2.9. Que a Sociedade poderá a qualquer tempo, elaborar Balanços intermediários, e poderá ser mensal, trimestral ou semestral, levando a prévia aprovação dos sócios da Sociedade, que representem mais da metade do Capital Social (Art.1071, Inciso I, e Art.1076, Inciso III – CC/2002).

2.10. Ao término de cada exercício social, em 31 de Dezembro, a ADMINISTRADORA prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, balanço patrimonial e contas de lucros e perdas (Art.1065 – CC/2002), e cuja aprovação dar-se-á pelos sócios que representem mais da metade do Capital Social (Art.1071, Inciso I, e Art. 1076, Inciso III – CC/2002).

CLÁUSULA TERCEIRA : Da Remuneração do Administrador:

3.1. Fica aprovado pelos sócios, conforme Art. 1071, inciso IV do Código Civil, neste ato, que o

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
DE SOCIEDADE LIMITADA DENOMINADA DE:**

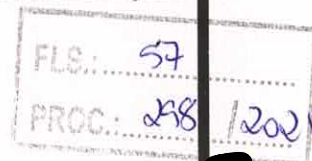
BUYSOFT DO BRASIL LTDA

NONA ALTERAÇÃO

CNPJ: 10.242.721/0001-61

7

NIRE: 41206258325



Pró-labore mensal do sócio Administrador - **CLEMILSON ROBERTO CORREIA** será equivalente a **5,92** (cinco vírgula noventa e dois) salários-mínimos mensais, até nova deliberação aprovada pelos sócios quotistas, que representem 75% (setenta e cinco cento) do Capital Social.

3.2. Ficando ajustado que a sócia RUTI MARQUES PEDRINI, prestará serviços à sociedade com a função de **Diretora de Desenvolvimento Humano**, ficando as suas atividades e representação restrita a este setor, e terá uma retirada a título de pró-labore equivalente a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), até nova deliberação aprovada pelos sócios quotistas, que representem 75% (setenta e cinco cento) do Capital Social.

CLÁUSULA QUARTA: Que os sócios, por unanimidade, resolvem por este instrumento, CONSOLIDAR O CONTRATO SOCIAL PRIMITIVO e ALTERAÇÕES POSTERIORES, que de ora em diante passa a vigorar com a seguinte redação:

II – DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

BUYSOFT DO BRASIL LTDA

CNPJ/MF: 10.242.721/0001-61

NIRE: 41206258325

BUYSOFT DO BRASIL LTDA, com sede e foro à **AVENIDA ADVOGADO HORÁCIO RACCANELLO FILHO, Nº 5145, EDIFÍCIO AVENIDA BUSINESS CENTER, SALA 608, 8º ANDAR, ZONA 07, CEP: 87020-035**, nesta Cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, com seu Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o n.º 41206258325, em data de 30 de Julho de 2008 e inscrita no CNPJ/MF sob n.º 10.242.721/0001-61, neste ato representado por seus sócios **CLEMILSON ROBERTO CORREIA**, [REDACTED], capaz, [REDACTED], natural de [REDACTED], nascido em [REDACTED], [REDACTED], portador da

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
DE SOCIEDADE LIMITADA DENOMINADA DE:**

BUYSOFT DO BRASIL LTDA

NONA ALTERAÇÃO

CNPJ: 10.242.721/0001-61

8

NIRE: 41206258325

Cédula de Identidade – RG nº [REDACTED] e inscrito no CPF/MF sob nº [REDACTED], residente e domiciliado na Avenida [REDACTED], nº [REDACTED], Edifício [REDACTED], Apartamento [REDACTED], CEP: [REDACTED], na Cidade de [REDACTED], Estado do [REDACTED] e **RUTI MARQUES PEDRINI**, [REDACTED], capaz, [REDACTED] natural de [REDACTED], nascida em [REDACTED], portadora da Cédula de Identidade – RG nº [REDACTED], inscrita no CPF/MF sob nº [REDACTED], residente e domiciliado na Avenida [REDACTED], nº [REDACTED], Edifício [REDACTED], apartamento [REDACTED], CEP: [REDACTED], na Cidade de [REDACTED], Estado do [REDACTED].

CLÁUSULA PRIMEIRA: Do Nome Empresarial

1.1. A Sociedade Empresária girará sob o nome de **BUYSOFT DO BRASIL LTDA**.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Sede

2.1. A Sociedade Empresária tem sede na **AVENIDA ADVOGADO HORÁCIO RACCANELLO FILHO, Nº 5145, EDFICIO AVENIDA BUSINESS CENTER, SALA 608, 8º ANDAR, ZONA 07, CEP: 87020-035**, nesta Cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná;

2.2. A Sociedade Empresária poderá a qualquer tempo, por decisão de seus sócios abrir, ou fechar filial ou outra dependência, em qualquer parte do território nacional, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA TERCEIRA: Do Objeto Social

3.1. A Sociedade tem como objetivo comercial a exploração do ramo de:

DESCRIÇÃO	CNAE
Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	4751-2/01

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
DE SOCIEDADE LIMITADA DENOMINADA DE:**

BUYSOFT DO BRASIL LTDA

NONA ALTERAÇÃO

CNPJ: 10.242.721/0001-61

9

NIRE: 41206258325

FLS.: 59
PROC.: 298/202

Desenvolvimento e Licenciamento de Programas de computador não customizáveis;	6203-1/00
Desenvolvimento de Programas de Computadores sob Encomenda;	6201-5/01
Desenvolvimento e Licenciamento de Programas de computador customizáveis;	6202-3/00
Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação;	6209-1/00
Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica	7020-4/00
Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcação e aeronaves	4614-1/00
Consultoria em Tecnologia da Informação	6204-0/00
Treinamento em Informática	8599-6/03
Treinamento em Desenvolvimento Profissional e Gerencial.	8599-6/04
Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação	4652-4/00
Comércio Atacadista de Equipamentos de Informática	4651-6/01
Comércio Atacadista de suprimentos para informática	4651-6/02
Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos;	9511-8/00
Serviços de Engenharia	7112-0/00
Serviços de Arquitetura	7111-1/00

CLÁUSULA QUARTA: Da Duração

4.1. A duração da Sociedade será por tempo indeterminado, tendo iniciado suas atividades em **30 DE JULHO DE 2008.**

CLÁUSULA QUINTA: Do Capital Social

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
DE SOCIEDADE LIMITADA DENOMINADA DE:**

BUYSOFT DO BRASIL LTDA

NONA ALTERAÇÃO

CNPJ: 10.242.721/0001-61

10

NIRE: 41206258325

FLS. 60
HRC: 258 202

5.1. O capital social é de **R\$ 400.000,00** (quatrocentos mil reais), dividido em **400.000** (quatrocentas mil) quotas de valor nominal de **R\$ 1,00** (um real) cada uma, integralizadas em moeda corrente do País, assim subscritas:

5.1.1. O sócio **CLEMILSON ROBERTO CORREIA** integraliza **320.000** (trezentas e vinte mil reais) quotas, pelo valor nominal de **R\$ 320.000,00** (trezentos e vinte mil reais) em moeda corrente do País, até o presente ato;

5.1.2. A sócia **RUTI MARQUES PEDRINI** integraliza **80.000** (oitenta mil) quotas, pelo valor nominal de **R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais) em moeda corrente do País, até o presente ato;

5.2. O Capital Social, inteiramente subscrito e integralizado, fica assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	Nº QUOTAS	VALOR CADA QUOTA (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	(%)
CLEMILSON ROBERTO CORREIA	320.000	1,00	320.000,00	80
RUTI MARQUES PEDRINI	80.000	1,00	80.000,00	20
TOTAL	400.000	-	400.000,00	100

5.2.1. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social, nos Termos do ARTIGO Nº 1052 do CC/2002.

5.3. Cada quota dá o direito a um voto na decisão dos sócios.

CLÁUSULA SEXTA: Da Administração

6.1. A administração da Sociedade será exercida por Administradores nomeados pela Sociedade, sócios ou não, com aprovação de **75%** (setenta e cinco por cento) do capital social.

6.1.1. Que por este instrumento os sócios quotistas em sua totalidade aprovam a nomeação para exercer a Administração da Sociedade o seguinte Administrador:

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
DE SOCIEDADE LIMITADA DENOMINADA DE:**

BUYSOFT DO BRASIL LTDA

NONA ALTERAÇÃO

CNPJ: 10.242.721/0001-61

11

NIRE: 41206258325

FLS.: 61

PROC.: 298

2021

(a). **CLEMILSON ROBERTO CORREIA**, [REDACTED], capaz, [REDACTED], natural de [REDACTED], nascido em [REDACTED], [REDACTED] portador da Cédula de Identidade – RG nº [REDACTED] e inscrito no CPF/MF sob nº [REDACTED], residente e domiciliado na Avenida [REDACTED], nº [REDACTED], [REDACTED], Apartamento [REDACTED], CEP: [REDACTED], na Cidade de [REDACTED], Estado do [REDACTED]

6.2. Ao Administrador – **CLEMILSON ROBERTO CORREIA**, já qualificado anteriormente, *competete individualmente*, o uso da firma e a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da sociedade, sendo-lhe, autorizado o emprego em operações ou negócios estranhos ao objeto social, respeitando as condições a seguir:

(a) Para os atos administrativos internos da Sociedade Empresária, atendimento junto às repartições públicas e assinaturas de documentos administrativos e institucionais, prestar informações da Sociedade para a Receita Federal do Brasil, Receita Estadual, Prefeitura, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho, Autarquias, Caixas Econômicas Federal/Fundo de Garantia, IBAMA, IAP, IPEN, Vigilância Sanitária, Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça do Trabalho, INCRA, Companhias Telefônicas, Administradoras de Consórcios, Polícia Federal e Estadual, Alfândegas; Administradoras de Cartões de Créditos, e demais Órgãos Governamentais de Administração Pública Direta ou Indireta, INSS, Sindicatos de Classe;

(b) Também para os atos administrativos de: admitir, promover, suspender, dispensar, demitir e contratar empregados;

(c) Outorga de procurações com finalidade exclusiva com a cláusula “*Ad judicium*” ou seja, representar a Sociedade exclusivamente em ações judiciais nos respectivos fóruns não necessitará constar prazo de validade, podendo a qualquer tempo fazer a substituição do representante judicial na forma da lei ;

(d) Com poderes específicos para representar a Sociedade Empresária, perante a qualquer Autoridade Certificadora no âmbito da ICP-Brasil nos atos relativos a Validação da solicitação de

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
DE SOCIEDADE LIMITADA DENOMINADA DE:****BUYSOFT DO BRASIL LTDA****NONA ALTERAÇÃO****CNPJ: 10.242.721/0001-61****12****NIRE: 41206258325**

Certificado Digital;

- (e) Emissão, Endosso de cheques, saques, e ordens de pagamento para cobrança, e depósitos em nome da empresa; emissão de duplicatas e faturas; endosso de títulos em geral para cobrança em nome da empresa; receber e dar quitação;
- (f) assinar, aceitar, notas promissórias, duplicatas, letras de câmbio, cédulas de crédito rural, industrial e comercial, e quaisquer outros títulos de crédito;
- (g) abrir, movimentar ou encerrar contas bancárias;
- (h) assinar o balanço geral e demais documentos contábeis e societários;
- (i) assinar ações, títulos múltiplos e cautelas representativas das ações do Capital Social;
- (j) assinar todos os documentos de gestão, contratação, demissão e demais relações trabalhistas e previdenciárias.

6.3. Para os atos abaixo discriminados será obrigatório, mediante deliberação societária que representem 75% do capital social.

- (a) alienação a qualquer título de bens móveis e imóveis da Sociedade.
- (b) contratação junto às instituições financeiras públicas ou privadas de créditos financiamentos e empréstimos, podendo para tanto dar em garantia hipotecária ou pignoratícia, os bens móveis ou imóveis da Sociedade, assinando os respectivos contratos, cédulas, escrituras e outros documentos, nos termos do parágrafo seguinte assumindo, em decorrência, em nome da Sociedade, todas as obrigações do Contrato firmado.
- (c) constituição de procuradores para representar a sociedade para prática de atos, atribuições e competência especificando detalhamento no instrumento de procuração e o seu prazo de duração que não poderá ser superior a 365 dias.
- (d) aval, fiança ou ainda concessão de garantias com bens da sociedade em negócio ou empreendimentos da sociedade, dos sócios, suas coligadas e suas controladas.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
DE SOCIEDADE LIMITADA DENOMINADA DE:****BUYSOFT DO BRASIL LTDA****NONA ALTERAÇÃO****CNPJ: 10.242.721/0001-61****13****NIRE: 41206258325**

6.4. Ficando a sócia – RUTI MARQUES PEDRINI, com poderes de gestão administrativa, limitados aos itens descritos nas letras “a” a “j”, do item 2.2, desta Cláusula.

6.5. Declaração de Desimpedimento – A Administradora declara não estar incurso em nenhum impedimento legal, que o impeça de exercer a atividade de empresário.

6.5.1. O ADMINISTRADOR declara, sob as penas da LEI, de que não está impedido de exercerem a administração da sociedade empresária, por LEI especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

6.6. O Administrador é vedado fazer uso do nome empresarial na prestação de garantia, fiança, cauções, aval ou qualquer outro título de favor, em atividades estranhas ao interesse social ou na assunção de obrigações de favor, desde que representada ou autorizadas pelos sócios que representem mais da metade do Capital Social (Artº 1017 e Art. 1065 – CC/2002).

6.7. Em caso de doença, morte, interdição judicial, ou ainda qualquer outro ato (sequestro, prisão, viagem ao exterior), que impossibilitem o Administrador – **CLEMILSON ROBERTO CORREIA**, designados no *caput* desta cláusula de exercer os atos de gestão que lhe foram atribuídos, a sócia – **RUTI MARQUES PEDRINI**, já qualificada anteriormente, exercerá a totalidade dos poderes investidos ao Administrador originários, exceto para os atos abaixo, o qual deverá ter autorização do sócio que representem, mais que 75% (setenta e cinco por cento) do Capital Social.

6.7.1. Com todos os poderes de representação da sociedade, ativa e passiva pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias;

6.7.2. Não podendo alienar imóveis da sociedade.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
DE SOCIEDADE LIMITADA DENOMINADA DE:****BUYSOFT DO BRASIL LTDA****NONA ALTERAÇÃO****CNPJ: 10.242.721/0001-61****14****NIRE: 41206258325**FLS.: 62
PROCC 298 2021

6.8. É expressamente vedado a Administradora, ou a qualquer procurador nomeado na forma deste Contrato, praticar atos ou utilizar-se da denominação social em negócios ou instrumentos de qualquer natureza, estranhos aos objetivos sociais, assim como avalizar ou afiançar obrigações de terceiros, ou prestar quaisquer outras garantias ou assumir obrigações e responsabilidades em nome da Sociedade, não produzindo quaisquer desses atos porventura praticados, efeitos em relação à Sociedade, salvo se, cumulativamente:

- a) a Sociedade estiver representada por todos os Sócios, ou por Procurador com poderes especiais e específicos para a prática dos atos mencionados nesta cláusula e, em qualquer situação;
- b) tenha havido prévia autorização por escrito em Assembleia de Sócios.

6.9. Que a Sociedade poderá a qualquer tempo, elaborar Balanços intermediários, e poderá ser mensal, trimestral ou semestral, levando a prévia aprovação dos sócios da Sociedade, que representem mais da metade do Capital Social (Art.1071, Inciso I, e Art.1076, Inciso III – CC/2002).

6.10. Ao término de cada exercício social, em 31 de Dezembro, a ADMINISTRADORA prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, balanço patrimonial e contas de lucros e perdas (Art.1065 – CC/2002), e cuja aprovação dar-se-á pelos sócios que representem mais da metade do Capital Social (Art.1071, Inciso I, e Art. 1076, Inciso III – CC/2002).

CLÁUSULA SÉTIMA : Da Remuneração do Administrador:

7.1. Fica aprovado pelos sócios, conforme Art. 1071, inciso IV do Código Civil, neste ato, que o Pró-labore mensal do sócio Administrador - **CLEMILSON ROBERTO CORREIA** será equivalente a **5,92** (cinco vírgula noventa e dois) salários-mínimos mensais, até nova deliberação aprovada pelos sócios quotistas, que representem 75% (setenta e cinco cento) do Capital Social.

7.2. Ficando também ajustado que a sócia - **RUTI MARQUES PEDRINI**, prestará serviços à

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
DE SOCIEDADE LIMITADA DENOMINADA DE:****BUYSOFT DO BRASIL LTDA****NONA ALTERAÇÃO****CNPJ: 10.242.721/0001-61****15****NIRE: 41206258325**

FLS.: 63

PROC. 298 / 2021

sociedade com a função de **Diretora de Desenvolvimento Humano**, ficando as suas atividades e representação restrita a este setor, e terá uma retirada a título de pró-labore equivalente a **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais), até nova deliberação aprovada pelos sócios quotistas, que representem 75% (setenta e cinco cento) do Capital Social.

CLÁUSULA OITAVA : DO DEPARTAMENTO TÉCNICO

8.1. Quando a sociedade exercer atividades específicas regulamentadas, não havendo em seu quadro societário um colaborador habilitado, a sociedade empresária contratará um PROFISSIONAL, com registro no respectivo CONSELHO REGIONAL, vinculado à sua profissão, o qual será responsável técnico.

CLÁUSULA NONA : Das Reuniões de Quotistas

9.1. A Reunião Ordinária dos Quotistas poderá ser realizada dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar, ouvida a Administração, sobre as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e, quando for o caso, reeleger ou designar novos administradores, fixar as respectivas remunerações e outras matérias de interesse da Sociedade. Reuniões Extraordinárias poderão ser realizadas sempre que os interesses sociais exigirem.

9.2. Dependem da deliberação dos sócios, as seguintes matérias:

- a) a aprovação das contas da administração, conforme Art. 1065 Código Civil;
- b) a designação dos administradores, quando feita em ato separado, conforme Art. 1.071, inciso II Código Civil;
- c) a destituição dos administradores, conforme Art. 1.063 P. 1º e Art. 1.071 inciso III Código Civil;
- d) o modo de remuneração dos administradores, conforme Art. 1.071, inciso IV Código Civil;
- e) a modificação do Contrato Social, conforme Art. 1.071, inciso I Código Civil;

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
DE SOCIEDADE LIMITADA DENOMINADA DE:**

BUYSOFT DO BRASIL LTDA

NONA ALTERAÇÃO

CNPJ: 10.242.721/0001-61

16

NIRE: 41206258325

FLS.: 66

PROC. 278 2021

f) a incorporação, a fusão, a transformação e a dissolução da Sociedade, ou a cessação do estado de liquidação, Art. 1076, inciso I Código Civil;

g) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas, conforme Art. 1.065 Código Civil;

h) o pedido de recuperação judicial e extrajudicial, conforme Art. Art. 1071 inciso VIII Código Civil.

9.3. Não será realizada Reunião de Quotistas quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto da mesma.

9.4. A Reunião de Quotistas terá quórum de instalação equivalente aos sócios representantes da maioria do Capital Social, com poderes para decidir sobre todos os negócios sociais, bem como, para tomar as resoluções que julgar necessárias ou convenientes à proteção de desenvolvimento da Sociedade, sendo presidida e secretariada pelos sócios, terceiros e/ou administradores escolhidos pela maioria dos presentes, respeitando o quórum de deliberação, como detalhado a seguir.

9.5. É estabelecido quórum de deliberação para os seguintes casos:

a) pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do Capital Social, para modificação do Contrato Social, a designação de administrador sócio no Contrato social, a incorporação, fusão, transformação e dissolução da Sociedade, ou a cessação do estado da liquidação, conforme Art. 1071 inciso I e VI e Art. 1076 inciso I do código Civil;

b) pelos votos correspondentes à totalidade do Capital Social, enquanto o mesmo não estiver integralizado, e de dois terços, no mínimo, após a integralização, para a designação de administrador não sócio, conforme Art. 1.061 Código Civil;

c) pelos votos correspondentes à maioria do Capital Social, para, ressalvado o disposto nas alíneas “a” e “b”, a designação de sócio nomeado administrador em ato separado e a destituição de administradores, sócios ou não, o modo de sua remuneração e o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, conforme Art. 1.061, 1.063, 1.071 do Código Civil;

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
DE SOCIEDADE LIMITADA DENOMINADA DE:****BUYSOFT DO BRASIL LTDA****NONA ALTERAÇÃO****CNPJ: 10.242.721/0001-61****17****NIRE: 41206258325**

FLS.: 67

PROC. 298 / 2021

d) pelos votos correspondentes à maioria do Capital Social presente à Reunião, para quaisquer outras matérias para as quais a Lei ou o Contrato Social não exijam quórum maior de deliberação.

9.6. A Reunião dos Quotistas será convocada pela administração, mediante aviso transmitido por carta registrada com aviso de recebimento, telegrama e, ou e-mail com aviso de recebimento com antecedência mínima de 8 (oito) dias, contendo local, data e hora de realização, bem como a Ordem do Dia. O referido aviso poderá ser dispensado, quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes dos dados que lhes seriam informados por meio da convocação.

9.6.1. Os sócios podem ser representados na reunião por outro sócio ou por advogado, mediante procuração com poderes específicos, independentemente de modificação do Contrato Social, que deverá ser arquivada na sede da sociedade.

9.7. Dos trabalhos e deliberações tomadas na Reunião de Quotistas será lavrada, no Livro de Atas de Reuniões de Quotistas, ata assinada pelos membros da mesa e por sócios participantes da reunião, quantos bastem à validade das deliberações, mas sem prejuízo dos que queiram assiná-la, podendo, a critério dos sócios, ser arquivada no Registro Público de Empresas Mercantis cópia devidamente autenticada pelos administradores ou pela mesa.

9.7.1. Os livros sociais poderão assumir a forma de folhas digitadas, a serem posteriormente encadernados, hipótese em que cada livro terá no máximo 20 (vinte) folhas.

9.8. As deliberações tomadas de conformidade com a Lei e o Contrato Social vinculam todas os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

CLÁUSULA DÉCIMA : Do Aumento de Capital:

10.1. O Capital Social poderá ser aumentado ou reduzido, segundo as necessidades da Sociedade, nos termos e na forma pela qual deliberarem os sócios em instrumento próprio.

10.2. O aumento do Capital Social mediante conferência de bens poderá se dar pelo valor contábil/declarado, ou por valor constante em laudo de avaliação, a critério dos sócios.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
DE SOCIEDADE LIMITADA DENOMINADA DE:****BUYSOFT DO BRASIL LTDA****NONA ALTERAÇÃO****CNPJ: 10.242.721/0001-61****18****NIRE: 41206258325**

FLS.:.....

PROC.:.....

68

25/8/2021



10.3. Nos casos de aumento do capital, cada sócio quotista terá o direito de preferência para subscrever as quotas correspondentes ao aumento, na proporção daquelas por ele possuídas na ocasião. Se qualquer sócio quotista não exercer o direito de preferência aqui estabelecido, tal direito transferir-se-á automaticamente as outras quotistas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA : Da Transferência de Quotas

11.1. Os sócios não poderão ceder e transferir suas quotas a terceiros. Entretanto, poderão ceder ou transferir as mesmas, entre si, mediante carta com aviso de recebimento aos demais sócios, que terão o prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da carta para adquirir as referidas quotas total ou parcialmente, ou oferecer contraproposta. Caso mais de um sócio resolva adquirir tais quotas, as mesmas serão rateadas proporcionalmente, conforme a participação de cada sócio no Capital social.

11.2. Para os fins desta cláusula, equipara-se à alienação qualquer forma de oneração das quotas, sendo vedado aos sócios onerar ou gravar, de qualquer forma, ou a qualquer título, as suas quotas em benefício de terceiros estranhos à Sociedade.

11.3. Serão nulas de pleno direito todas as transações feitas em desacordo ao previsto nesta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA : Da Retirada, Impedimento ou Falecimento dos Sócios.

12.1. A Sociedade não se dissolverá pela retirada, interdição, falência, insolvência ou impedimento de qualquer dos quotistas, efetuando-se a apuração de seus haveres na forma do disposto no item **12.3 desta Cláusula.**

12.2. A Sociedade também não se dissolverá por falecimento de qualquer das quotistas, caso em que os herdeiros ingressarão na Sociedade, respeitando a distribuição de quotas que vier a ser feita no inventário respectivo, salvo se no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da distribuição, optarem por dela se retirar obedecendo ao disposto no item **12.1 da cláusula Décima Segunda .**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
DE SOCIEDADE LIMITADA DENOMINADA DE:****BUYSOFT DO BRASIL LTDA****NONA ALTERAÇÃO****CNPJ: 10.242.721/0001-61****19****NIRE: 41206258325**

FLS.: 69

PROC 298

202

12.2.1. O ingresso dos herdeiros na Sociedade poderá ser vetado por sócios que representem a maioria do Capital Social caso em que se aplicará o disposto **no item 12.3 desta Cláusula.**

12.3. Os haveres do sócio retirante, interdito, falido, insolvente, impedido ou dos herdeiros do sócio falecido, serão apurados com base em Balanço especialmente levantado para esse fim, pagável em 72 (setenta e duas) prestações mensais, iguais e consecutivas, acrescidas de juros de 6% (seis por cento) ao ano e de correção monetária equivalente a variação de índice geral de preços (conceito de disponibilidade interna) calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ou índice similar que preserve o valor real da moeda vencendo a primeira 60 (sessenta) dias a contar do desligamento do sócio.

12.3.1. Os sócios remanescentes poderão se assim o permitir a situação econômica financeira da Sociedade, estabelecer condições e prazos mais favoráveis que os previstos no item anterior, ao sócio retirante, interdito, falido, insolvente, impedido ou aos herdeiros do sócio falecido.

12.4. Nos casos em que for dissidente de modificação do contrato, fusão da Sociedade, incorporação de outra, ou dela por outra e/ou transformação, somente é facultado aos sócios retirarem-se da Sociedade nos 30(trinta) dias subsequentes à reunião em que ocorreu a respectiva deliberação, quando terão as suas quotas liquidadas, conforme o estipulado nos itens anteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA : Da Dissolução e Liquidação

13.1. Ocorrerá dissolução da Sociedade quando houver insuficiência de capital, impossibilidade de execução do objeto social, falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, nas hipóteses previstas na Lei, ou por deliberação dos sócios que representem três quartos do Capital Social, conforme Art. 1.076 Código Civil.

13.2. Determinada a dissolução, cumpre à Administração providenciar imediatamente a investidura do liquidante, que poderá ser um dos sócios ou um terceiro, devidamente escolhido pelos sócios que representem mais da metade do Capital Social, conforme Art. 1.065 do Código Civil.

13.3. Procedendo-se a liquidação da Sociedade, e uma vez saldado todo o passivo, o ativo restante

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
DE SOCIEDADE LIMITADA DENOMINADA DE:****BUYSOFT DO BRASIL LTDA****NONA ALTERAÇÃO****CNPJ: 10.242.721/0001-61****20****NIRE: 41206258325**

FLS.: 70

PROC. 248 / 2021

será partilhado entre os sócios, proporcionalmente às suas participações no Capital Social.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Do Exercício Social, Reservas e Distribuição de Lucros

14.1. O exercício social iniciar-se-á no dia 01 de Janeiro e terminará no dia 31 de Dezembro do mesmo ano, devendo os administradores, nesta ocasião, prestar contas justificadas de suas administrações, procedendo à elaboração das demonstrações financeiras exigidas em lei, que não precisarão ser arquivadas perante o Registro do Comércio ou publicadas.

14.2. Do lucro apurado, depois de deduzida a provisão para o imposto de renda, o remanescente terá a destinação que for atribuída pelos sócios representando a maioria do Capital Social, em reunião que para tal finalidade deverão realizar. Ocorrendo prejuízos, serão compensados com resultados positivos futuros, com lucros acumulados, ou absorvidos pelo Capital Social, com sua consequente redução, nos termos da lei. Os sócios participarão nos resultados proporcionalmente a participação social de cada um.

14.2.1. Poderá os sócios deliberar a distribuição desproporcional dos lucros, desde que com a aprovação dos que tiverem suas participações nos lucros reduzidas em virtude da referida deliberação.

14.3. A Sociedade poderá levantar demonstrações financeiras intermediárias, proceder com a apuração contábil mensal de lucro e distribuir lucros apurados a qualquer tempo, observadas as limitações legais, e ainda distribuir lucros com base nos lucros acumulados ou reservas de lucros constantes do último balanço patrimonial.

14.4. Não poderão eventuais credores dos sócios, mesmo na hipótese de insuficiência de bens dos mesmos, fazer recair a execução sobre o que a estes couber nos lucros da Sociedade, ou na parte que lhes tocar em liquidação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA : Disposições Finais

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
DE SOCIEDADE LIMITADA DENOMINADA DE:****BUYSOFT DO BRASIL LTDA****NONA ALTERAÇÃO****CNPJ: 10.242.721/0001-61****21****NIRE: 41206258325**

FLS.: 71

PRCC: 298 / 2021

15.1. A Sociedade não terá Conselho Fiscal, sendo, portanto, vedada a sua instalação, sem prévia alteração do presente Contrato Social.

15.2. Nos casos omissos neste contrato não serão aplicadas as disposições das Sociedades Simples. Desta forma, a Sociedade se regerá pelos dispositivos referentes às Sociedades Limitadas, constantes na Lei nº 10.406 de 10.01.2002, e, terá regência supletiva, no que for aplicável, pela Lei nº 6.404 de 15.12.1976, do conhecimento de todos sócios, que a eles se sujeitam como se de cada um se fizesse aqui especial menção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Do Foro

16.1. Os contratantes, neste ato, elegem o foro da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, bem como para a solução de quaisquer litígios que dele possam decorrer, renunciando a qualquer outro foro, por mais especial ou privilegiado que venha ser.

E, por assim terem justos e contratados, lavram datam e assinam, o presente instrumento, em única via de igual teor e forma, que se obrigam por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Maringá-PR, 02 de Agosto de 2021.

CLEMILSON ROBERTO CORREIA

Assinado Digitalmente

RUTI MARQUES PEDRINI

Assinado Digitalmente



FLS.: 72
PRCC: 298/2021

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa BUYSOFT DO BRASIL LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
[REDACTED]	CLEMILSON ROBERTO CORREIA
[REDACTED]	RUTI MARQUES PEDRINI
[REDACTED]	JOSE GOMES FERREIRA



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/09/2021 15:18 SOB N° 20216043107.
PROTOCOLO: 216043107 DE 08/09/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12106903517. CNPJ DA SEDE: 10242721000161.
NIRE: 41206258325. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 17/09/2021.
BUYSOFT DO BRASIL LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
DE SOCIEDADE LIMITADA DENOMINADA DE:****BUYSOFT DO BRASIL LTDA****NONA ALTERAÇÃO****CNPJ: 10.242.721/0001-61****1****NIRE: 41206258325**

Pelo presente Instrumento Particular,

CLEMILSON ROBERTO CORREIA, [REDACTED], maior, capaz, [REDACTED] sob regime [REDACTED]
[REDACTED], nascido em [REDACTED], [REDACTED], portador da Cédula de Identidade –
RG nº [REDACTED] e inscrito no CPF/MF sob nº [REDACTED], residente e domiciliado
na Avenida [REDACTED], Apto [REDACTED], Bairro: [REDACTED], CEP: [REDACTED], na
Cidade de [REDACTED], Estado do [REDACTED].

RUTI MARQUES PEDRINI CORREIA, [REDACTED], maior, capaz, [REDACTED] sob regime [REDACTED]
[REDACTED], nascida em [REDACTED], [REDACTED], portadora da Cédula de
Identidade – RG nº [REDACTED] inscrita no CPF/MF sob nº [REDACTED], residente e
domiciliado na Avenida [REDACTED], Bairro: [REDACTED], CEP:
[REDACTED] na Cidade de [REDACTED], Estado do [REDACTED].

Sócios da **SOCIEDADE EMPRESÁRIA**, regulada pelo tipo de **SOCIEDADE LIMITADA**,
denominada de **BUYSOFT DO BRASIL LTDA**, com sede e foro à AVENIDA ADVOGADO
HORÁCIO RACCANELLO FILHO, Nº 5145, EDIFÍCIO AVENIDA BUSINESS CENTER, SALA
608, 8º ANDAR, ZONA 07, CEP: 87020-035, nesta Cidade e Comarca de Maringá, Estado do
Paraná, com seu Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº
41206258325 em data de 30 de Julho de 2008, e inscrita no **CNPJ/MF sob nº 10.242.721/0001-61**,
resolvem, assim, alterar o **CONTRATO SOCIAL** e **ALTERAÇÕES POSTERIORES** como
segue abaixo:

I - DA ALTERAÇÃO:

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 05.870-6
R. Tenente Antônio Prado, 141 - 44920-000 - São Francisco de Assis - PR
Fone: (41) 3241-1111 Fax: (41) 3241-1111

Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 91 e 97 da Lei Federal 8.933/1994 e Art. 9º Inc. XII
da Lei Estadual 9.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel
do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé.

Cód. Autenticação: [REDACTED]; Data: 11/10/2019 08:42:44

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AJG24272-DZLK;
Valor Total do Ato: R\$ 4,42

Valber Azevedo da Miranda Cavalcanti
Tribunal Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

FLS.: 74
PROC.: 218 / 2021
[REDACTED]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

[REDACTED]

[REDACTED]

SECRETARIA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL [REDACTED] DATA DE EXPEDIÇÃO [REDACTED]

NOME: CLEMILSON ROBERTO CORREIA

FILIAÇÃO: [REDACTED]

NATURALIDADE: MARINGÁ/PR

COMARCA-SARANDI/PR, DA SEDE

DO: [REDACTED]

DATA DE NASCIMENTO: [REDACTED]

ASSINATURA DO DISCIPULO [REDACTED]

LEI Nº 118 DE 26/08/83

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELIONATO DE NOTAS - Código GNF 98.873-0
R. Figueira Lima, 144 - Centro - São Paulo - SP 01318-000 - CEP 01318-000 - Fone: (11) 3241-1444 - Fax: (11) 3241-1445

Autenticação Digital

De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 62 da Lei Federal 8.933/1994 e Art. 9º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento original, conforme registro e verificação digital.

Cód. Autenticação: [REDACTED] Data: 11/10/2019 08:43:01

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: A1G24283-9MWE
Valor Total do Ato: R\$ 4,42

Valor Arrecado da Mensalidade: [REDACTED]
Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

FLS.: 73
PROC.: 258 / 2021

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
CLEMILSON ROBERTO CORREIA

Nº de Inscrição [REDACTED] Data do Nascimento [REDACTED]

[Barcode]

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura: [REDACTED]
CLEMILSON ROBERTO CORREIA

S E R P R O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
Emitido em : 20/09/97

[Voltar](#)[Imprimir](#)FLS.: 76
PROC.: 298 / 2021**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF****Inscrição:** 10.242.721/0001-61**Razão Social:** BUYSOFT DO BRASIL LTDA**Endereço:** AV ADVOGADO HORACIO RACCANELLO FILHO 5145 SALA 01 / ZONA 07 /
MARINGA / PR / 87020-035

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/01/2022 a 07/02/2022**Certificação Número:** 2022010902254883375978

Informação obtida em 10/01/2022 10:16:42

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO E S
Sistema de Controle Orçamentário
NOTA DE EMPENHO

FLS.: 77 Data: 10.01.2022
Hora: 10:29
PROC.: 278/2021

Nº Empenho	Data do Empenho	Tipo do Empenho	Processo	Nº. Reserva	Inicio		
72	10.01.2022	ESTIMATIVA	2021/000293	73	2022		
Conta de Despesa	Descrição da Conta		Projeto	SubProjeto			
6.3.2.1.05.01.002	SOFTWARES		5010 - MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE INFORMÁTICA	-			
Número do Evento	Descrição do Evento						
1475	AQUISIÇÃO DE SOFTWARE						
Dados da Modalidade (Fundamentação Legal)							
Modalidade	Complemento		Número	Núm. Controle			
Dispensa de Licitação	Lei 8666/93, art. 24		2021/000293	0			
Favorecido							
Nome	: BUYSOFT DO BRASIL LTDA		CNPJ / CPF	: 10.242.721/0001-61			
Endereço	: AV. ADVOGADO HORÁCIO RACCANELLO FILHO		Bairro	: ZONA 07			
CEP	: 87020035	Cidade	: MARINGÁ	UF	: PR		
Banco	:	Agência	:	Conta	:		
Histórico do Empenho			Qtde Parcelas	Valor Unitário	Valor Total Empenhado		
SERVIÇOS DE LICENÇAS DE PROGRAMAS PARA DESIGN DE CAMPANHAS, CRIAÇÃO DE ARTES E EDIÇÃO DE VÍDEOS			999	R\$ 4.645,00	R\$ 4.645,00		
Valor por Extenso							
Quatro Mil, Seiscentos e Quarenta e Cinco Reais							
Dotação Orçamentária	Empenhos Acumulados		Valor deste Empenho		Saldo Atual		
R\$ 25.800,00	R\$ 0,00		R\$ 4.645,00		R\$ 21.155,00		
Parcelas Executadas	Total Executado		Total a Executar		Finalizado		
---	R\$ 0,00		R\$ 4.645,00		NAO		

VITÓRIA, 10 de Janeiro de 2022

Paulo Henrique Amaral Rody
Contador

Este documento foi assinado digitalmente por CARLA CRISTINA TASSO.
Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em
201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumento_Codigo.aspx e informe o código



Este documento foi assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Assinantes e datas conforme horário oficial de Brasília:

✓ PAULO HENRIQUE AMARAL RODRIGUES em 10/01/2022 10:55:52

Assinado por CARLA
Este documento foi assinado digitalmente por CARLA CRISTINA TASSO.
Para verificar as assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em
2012 digital/ValidarDocumento_Codigo.aspx e informe o código
Data: 10/01/2022
13:57:30 +00:00



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

FLS.: 79
PROC.: 298/2021

Código para verificação [REDACTED]

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas (horário de Brasília):

CARLA CRISTINA TASSO [REDACTED] 10/01/2022 10:57

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Minha Central de Verificação em 201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumento_Codigo.aspx e informe o código acima ou acesse o link abaixo:

[201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumentoExterno.aspx?codigo=\[REDACTED\]](http://201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumentoExterno.aspx?codigo=[REDACTED])

CRCES - Administrativo

FLS.: 40
PROC.: 298/2021

De: lara Beatriz [lara.beatriz@buysoft.com.br]
Enviado em: quarta-feira, 12 de janeiro de 2022 09:38
Para: CRCES - Administrativo
Cc: CRCES - Leonardo Gonoring Gonçalves Simon; Carla Tasso; Luana Lopes
Assunto: RES: Contrato com o CRCES
Anexos: Contrato Licenças - assinado.pdf

Prezados, bom dia,

Segue em anexo o contrato assinado.

Atenciosamente,



lara Beatriz

Executiva de Contas Governo | buysoft.com.br
44 3041-8888 Ramal: 8842 | 4007-1434 | 0800-6001434
WhatsApp: (redacted)



De: CRCES - Administrativo <administrativo@crc-es.org.br>
Enviada em: terça-feira, 11 de janeiro de 2022 17:16
Para: Luana Lopes <luana.lopes@buysoft.com.br>
Cc: 'Carla Tasso' <carla@tassoconsultoria.com.br>; CRCES - Leonardo Gonoring Gonçalves Simon <leonardo.gonoring@crc-es.org.br>
Assunto: ENC: Contrato com o CRCES

Boa tarde Luana,

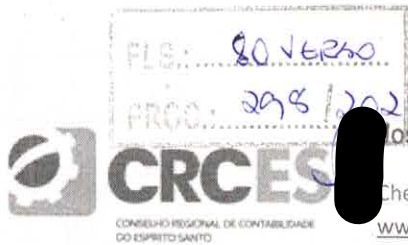
Submetemos a solicitação de alteração feita por essa empresa para análise de nosso Assessor Jurídico e alteramos a cláusula do Objeto, conforme resposta abaixo.

Sendo assim, reencaminhamos o Contrato alterado para que essa empresa providencie a assinatura do responsável e na sequência enviaremos assinado pela Presidente do CRCES.

Como temos urgência no início desta contratação, pedimos um breve retorno.

No aguardo.

Att,



Josilene de Araujo

Chefe do Setor Administrativo

www.crc-es.org.br | administrativo@crc-es.org.br / 55 (27) 3232-1635

Rua Amélia da Cunha Ornelas, Número 30, Bairro Bento Ferreira - Vitória / ES - 29050-620

Economize papel. Imprima somente o que for indispensável. O Meio Ambiente agradece

De: CRCES - Leonardo Gonoring Gonçalves Simon <leonardo.gonoring@crc-es.org.br>

Enviada em: terça-feira, 11 de janeiro de 2022 11:34

Para: CRCES - Administrativo <administrativo@crc-es.org.br>

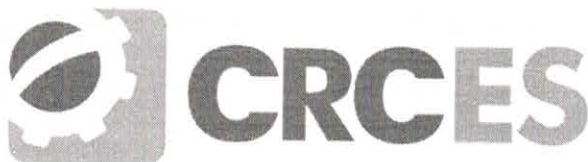
Assunto: RES: Contrato com o CRCES

Prezada Josilene, bom dia!

Sim, a alteração pode ser feita por apenas alterar a nomenclatura do produto adquirido, sem alterar os serviços que serão prestados, o que podemos considerar mera formalidade passível de correção.

Peço apenas que imprima esta cadeia de e-mails e inclua no processo.

Atenciosamente,



Leonardo Gonoring Gonçalves Simon

Coordenador Jurídico

Setor Jurídico

<http://crc-es.org.br> | ajur@crc-es.org.br

+55 (27) 3232-1631

Rua Amélia da Cunha Ornelas, Nº. 30, Bento Ferreira – Vitória / ES – 29050-620

Economize papel. Imprima somente o que for indispensável. O Meio Ambiente agradece

De: CRCES - Administrativo <administrativo@crc-es.org.br>

Enviada em: segunda-feira, 10 de janeiro de 2022 17:35

Para: CRCES - Leonardo Gonoring Gonçalves Simon <leonardo.gonoring@crc-es.org.br>

Assunto: ENC: Contrato com o CRCES

Boa tarde Leonardo,

FLS.: 41
PRCC: 298/2021

Peço por favor se posicionar quanto ao solicitado no e-mail abaixo.

Podemos fazer essa alteração?

Att,



Josilene de Araujo

Chefe do Setor Administrativo

www.crc-es.org.br | administrativo@crc-es.org.br / 55 (27) 3232-1635

Rua Amélia da Cunha Ornelas, Número 30, Bairro Bento Ferreira - Vitória / ES - 29050-620

Economize papel. Imprima somente o que for indispensável. O Meio Ambiente agradece

De: Luana Lopes <luana.lopes@buysoft.com.br>

Enviada em: segunda-feira, 10 de janeiro de 2022 17:22

Para: CRCES - Victor Hugo <victor.figueiredo@crc-es.org.br>; CRCES - Wekson J. B. Mariano <wekson.mariano@crc-es.org.br>

Cc: CRCES - Administrativo <administrativo@crc-es.org.br>; Iara Beatriz <iara.beatriz@buysoft.com.br>; Luciane Beato <luciane.beato@buysoft.com.br>; CRCES - Comunicacao <comunicacao@crc-es.org.br>; Daniel Lanes <daniel.lanes@buysoft.com.br>

Assunto: RES: Contrato com o CRCES

Boa Tarde Josilene, como vai? Meu nome é Luana, falo do jurídico da Buysoft!

Informo que recebemos o contrato referente a licença da Adobe, no entanto o objeto a ser contratado está incorreto, o que nos impossibilita de assiná-lo, bem como de faturar o pedido. Por essa razão, solicitamos a alteração contratual conforme nossa proposta enviada em resposta a solicitação do Victor Hugo (Operador de Sistemas DO CRCES):

Onde se lê:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

2. Contratação de empresa especializada no fornecimento de Licença de Uso dos Softwares Photoshop, Ilustrador, Premiere Pro e InDesign, específicos para o trabalho com design de campanhas, criação de artes e edição de vídeos.

FIS: 81.567.0
PROC: 298/2021

1.2.Do detalhamento do objeto: Item	Tipo	Quantidade	Período
01	Photoshop: Criação de imagens, fotos e artes, incluindo desenhos e pinturas	01	12 meses
02	Illustrator: Criação de desenhos vetoriais, ilustrações e designs precisos	01	12 meses
03	Premiere Pro: Edição de vídeos e filmes com qualidade profissional	01	12 meses
04	InDesign: Design de páginas e layout para mídias impressa e digital	01	12 meses

Modifique para:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

2. Contratação de empresa especializada no fornecimento de Licença de Uso dos Softwares Adobe Creative Cloud for teams, específicos para o trabalho com design de campanhas, criação de artes e edição de vídeos.

1.2.Do detalhamento do objeto: Item	Tipo	Quantidade	Período
01	Adobe Creative Cloud for teams que contenha no mínimo os seguintes softwares: Photoshop: Criação de imagens, fotos e artes, incluindo desenhos e pinturas Illustrator: Criação de desenhos vetoriais, ilustrações e designs precisos Premiere Pro: Edição de vídeos e filmes com qualidade profissional InDesign: Design de páginas e layout para mídias impressa e digital	01	12 meses

DO FUNDAMENTO JURÍDICO:

Reza o art. 66 da lei 8.666/93 (Lei geral de licitações) que **"O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial."** (Grifo nosso)

Neste sentido, o contrato administrativo possuir caráter vinculante e conforme a teoria geral dos contratos adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro, o contrato administrativo **"faz a lei entre as partes"**.

Conforme a Doutrina de Silvio de Salvo Venosa: **"Um contrato válido e eficaz deve ser cumprido pelas partes: pacta sunt servanda"** (VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos*. 3ª ed., São Paulo: Atlas, 2003, p. 376)"

Por essa razão, não podemos assinar o contrato onde uma das cláusulas não corresponde com a realidade, pois estaríamos nos vinculando a um objeto diferente da proposta enviada, no qual não poderemos honrar sem que haja a alteração da proposta e dos valores!

Certa do pronto atendimento, fico no aguardo!

Atenciosamente,

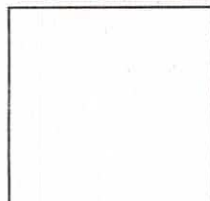
Rua Amélia da Cunha Ornelas, Nº. 30, Bento Ferreira – Vitória / ES – 29050-620
Economize papel. Imprima somente o que for indispensável. O Meio Ambiente agradece

Luana Lopes

Analista de Compliance | buysoft.com.br

44 3041-8888 Ramal: 8855 | 4007-1434 | 0800-6001434

WhatsApp: (11) 9

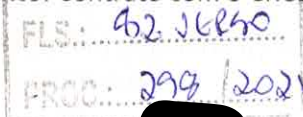


De: CRCES - Administrativo <administrativo@crc-es.org.br>

Enviada em: segunda-feira, 10 de janeiro de 2022 13:21

Para: licitacoes <licitacoes@buysoft.com.br>

Assunto: Contrato com o CRCES



Boa tarde lara,

Encaminhamos anexo Contrato referente a licença de programas, conforme Processo nºADM2021/000293.

Pedimos, se possível, um breve retorno.

Att,



Josilene de Araujo

Chefe do Setor Administrativo

www.crc-es.org.br | administrativo@crc-es.org.br / 55 (27) 3232-1635

Rua Amélia da Cunha Ornelas, Número 30, Bairro Bento Ferreira - Vitória / ES - 29050-620

Economize papel. Imprima somente o que for indispensável. O Meio Ambiente agradece

CONTRATO Nº 01/2022- PROCESSO ADM 2021/000293
Origem: Dispensa de Licitação - art. 24, II, Lei nº 8.666/93.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO - CRCES E A EMPRESA BUYSOFT DO BRASIL LTDA., CONFORME AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

O Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo, com sede na rua Amélia da Cunha Ornelas, nº 30, Bento Ferreira, na cidade de Vitória/ES, inscrito no CNPJ sob o nº 28.163.343/0001-96, neste ato representado pela Presidente Carla Cristina Tasso, nomeado pela Ata nº. 1609 da Sessão Plenária Ordinária do CRCES, de 06 de janeiro de 2020, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa BUYSOFT DO BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 10.242.721/0001-61, sediada na Av. Prudente de Moraes, nº493, Edifício Pinheiro de Gaia, Apto 1104, Zona 07, Maringá, Paraná, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Clemilson Roberto Correia, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED] e CPF nº [REDACTED], tendo em vista o que consta no Processo nº ADM 2021/000293 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Contratação de empresa especializada no fornecimento de Licença de Uso dos Softwares Adobe Creative Cloud for teams, específicos para o trabalho com design de campanhas, criação de artes e edição de vídeos, conforme descrito abaixo:

Tipo	Quantidade	Período
Adobe Creative Cloud for teams que contenha no mínimo os seguintes softwares:	01	12 meses
Photoshop: Criação de imagens, fotos e artes, incluindo desenhos e pinturas		
Illustrator: Criação de desenhos vetoriais, ilustrações e designs precisos		
Premiere Pro: Edição de vídeos e filmes com qualidade profissional		
InDesign: Design de páginas e layout para mídias impressa e digital		

2 CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência será de 12 (doze) meses

3 CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

- a. O valor total da contratação é de **R\$4.645,00**.
- b. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4 CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- a. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do CRCES para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Plano de Trabalho: 5010 – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

Dotação Orçamentária: 6.3.2.1.05.01.002 - Sftwares.

5 CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

- a. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência nº 41/2021.

6 CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

- a. As regras acerca do reajustamento de preços são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7 CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- a. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8 CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

- a. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência nº 41/2021.

9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência nº 41/2021.

10 CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- a. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência nº 41/2021.

11 CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO

- a. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:
 - i. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência;
 - ii. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

- b. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- c. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- d. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
- i. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - ii. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - iii. Indenizações e multas.

12 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VEDAÇÕES

- a. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

- a. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.
- b. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- c. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

- a. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

- a. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

- a. É eleito o Foro da Justiça Federal de Vitória – Seção Judiciária do Espírito Santo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

b. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Vitória-ES, 11 de janeiro de 2022


CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO

Contadora Carla Cristina Tasso

Presidente


Clemilson Roberto Correia
BUYSOFT DO BRASIL LTDA.

TESTEMUNHAS:

1) _____
Nome
CPF nº.

2) _____
Nome
CPF nº.






Contrato Licenças

Final Audit Report

2022-01-12

Created: 2022-01-12
By: Luana Lopes (luana.lopes@buysoft.com.br)
Status: Signed
Transaction ID: [REDACTED]

"Contrato Licenças" History

-  Document created by Luana Lopes (luana.lopes@buysoft.com.br)
2022-01-12 - 11:08:02 AM GMT- IP address: 177.183.214.242
-  Document emailed to CLEMILSON ROBERTO CORREIA (clemilson@buysoft.com.br) for signature
2022-01-12 - 11:09:01 AM GMT
-  Email viewed by CLEMILSON ROBERTO CORREIA (clemilson@buysoft.com.br)
2022-01-12 - 11:22:33 AM GMT- IP address: 104.47.51.126
-  Document e-signed by CLEMILSON ROBERTO CORREIA (clemilson@buysoft.com.br)
Signature Date: 2022-01-12 - 11:22:55 AM GMT - Time Source: server- IP address: 177.220.175.135
-  Agreement completed.
2022-01-12 - 11:22:55 AM GMT

CONTRATO Nº 01/2022- PROCESSO ADM 2021/000293
Origem: Dispensa de Licitação - art. 24, II, Lei nº 8.666/93.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO - CRCES E A EMPRESA BUYSOFT DO BRASIL LTDA., CONFORME AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

O Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo, com sede na rua Amélia da Cunha Ornelas, nº 30, Bento Ferreira, na cidade de Vitória/ES, inscrito no CNPJ sob o nº 28.163.343/0001-96, neste ato representado pela Presidente Carla Cristina Tasso, nomeado pela Ata nº. 1609 da Sessão Plenária Ordinária do CRCES, de 06 de janeiro de 2020, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa BUYSOFT DO BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 10.242.721/0001-61, sediada na Av. Prudente de Moraes, nº493, Edifício Pinheiro de Gaia, Apto 1104, Zona 07, Maringá, Paraná, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Cleilson Roberto Correia, portador da Carteira de Identidade [REDACTED] e CPF [REDACTED] tendo em vista o que consta no Processo nº ADM 2021/000293 e em observância as disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Contratação de empresa especializada no fornecimento de Licença de Uso dos Softwares Adobe Creative Cloud for teams, específicos para o trabalho com design de campanhas, criação de artes e edição de vídeos, conforme descrito abaixo:

Tipo	Quantidade	Período
Adobe Creative Cloud for teams que contenha no mínimo os seguintes softwares:	01	12 meses
Photoshop: Criação de imagens, fotos e artes, incluindo desenhos e pinturas		
Illustrator: Criação de desenhos vetoriais, ilustrações e designs precisos		
Premiere Pro: Edição de vídeos e filmes com qualidade profissional		
InDesign: Design de páginas e layout para mídias impressa e digital		

2 CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência será de 12 (doze) meses

3 CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

- a. O valor total da contratação é de **R\$4.645,00**.
- b. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4 CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- a. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do CRCES para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Plano de Trabalho: 5010 – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

Dotação Orçamentária: 6.3.2.1.05.01.002 - Sftwares.

5 CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

- a. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência nº 41/2021.

6 CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

- a. As regras acerca do reajustamento de preços são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7 CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- a. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8 CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

- a. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência nº 41/2021.

9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência nº 41/2021.

10 CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- a. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência nº 41/2021.

11 CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO

- a. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:
 - i. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência;
 - ii. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

- b. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- c. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- d. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
- i. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - ii. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - iii. Indenizações e multas.

12 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VEDAÇÕES

- a. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

- a. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.
- b. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- c. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

- a. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

- a. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

- a. É eleito o Foro da Justiça Federal de Vitória – Seção Judiciária do Espírito Santo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

b. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Vitória-ES, 11 de janeiro de 2022

CARLA CRISTINA
TASSO
Assinado de forma digital por
CARLA CRISTINA TASSO
Data: 2022.01.11 14:03:00

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO

Contadora Carla Cristina Tasso

Presidente

Clemildo Roberto
BUYSOFT DO BRASIL LTDA.

TESTEMUNHAS:

1) _____
Nome
CPF nº.

2) _____
Nome
CPF nº.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO SUL

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Espécie: Nota de Empenho nº 47/2022, emitida em 03/01/2022. Processo Administrativo: 038/2021; Amparo: Pregão eletrônico 19/2021, nos termos do art. 1º da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 1º do Decreto nº 10.024/2019. Objeto: Aquisição de equipamentos para compor o sistema de videoconferência para os escritórios do CAU/. Contratante: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul - CAU/RS, CNPJ 14.840.270/0001-15; Contratado: CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA, CNPJ 23.734.075/0001-00. Responsável: Lillian Lalla Rodrigues Cruz, Representante legal CROSSING COMERCIO; Cobertura Orçamentária: Elemento nº 6.2.2.1.1.02.01.03.002 - Máquinas e Equipamentos; Centro de Custo: 4.14.01 - Manutenção das Atividades da Secretaria Geral da Mesa; Vigência contratual: adstrita ao recebimento definitivo do objeto; Valor Total: R\$ 32.800,00 (trinta e dois mil e oitocentos reais).

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SANTA CATARINA

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2022

Proc. Adm. nº 027/2021

O CAU/SC vem tornar público o resultado do Pregão Eletrônico nº 01/2022 cujo objeto é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de recursos tecnológicos capazes de se conectarem ao serviço de videoconferência do ZOOM e Microsoft Teams, permitindo a captação de imagens e áudio da sala de reuniões, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e no termo de referência. Itens D1 e D3 adjudicados para FLW NEGOCIOS E SERVICOS EIRELI, CNPJ: 04.164.077/0001-58, e homologado pela presidente, pelo valor global de R\$ 13.000,00 e R\$ 1.600,00. Item D2 adjudicado para LAWTECH BRASIL TECNOLOGIA LTDA, CNPJ: 41.541.211/0001-19, e homologado pela presidente, pelo valor global de R\$ 11.868,00.

PATRICIA FIGUEIREDO SARQUIS HERDEN
Presidente do CAU/SC

CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA

EDITAL Nº 3, DE 17 DE JANEIRO DE 2022

CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2017

O Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia torna pública a convocação dos aprovados no Concurso Público nº 1/2017, visando ao preenchimento de vagas, com lotação no Conselho Nacional. O convocado a seguir deverá comparecer à sede do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia - CONTER (SIBS, Quadra 02, Conjunto A, Lote nº 3, CEP: 71.736-201 Núcleo Bandeirante/DF), no dia 20 de janeiro de 2022, às 11h, munido das documentações exigidas no edital.

ANALISTA DE T.I. JR. Classificação: 7ª ampla concorrência - CARLOS EDUARDO DOS SANTOS.

Brasília/DF, 17 de janeiro de 2022.
LUCIANO GUEDES
Diretor-Presidente

AVISO DE RETIFICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO CONTER Nº 3/2022

Errata do AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO CONTER - EDITAL Nº 003/2022, publicado no Diário Oficial da União - DOU, Seção 3, Edição 10, no dia 14 de janeiro de 2022, sexta-feira, página 171.

O CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA - CONTER, por meio de sua Pregoeira, nomeada através da Portaria CONTER nº 82/2021, comunica a abertura de prazo de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 003/2022, do tipo menor preço por ITEM LOTE ÚNICO, para escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de pessoa jurídica para Aquisição de Licença de uso de Software (Solução) de apoio a gestão integrada, em modelo ERP (Enterprise Resource Planning), objetivando atender necessidades do Sistema CONTER/CRTS, na automação dos controles e processos operacionais e administrativos de interesse público, por meio de módulos integrados e sincronizados, conforme especificações e condições estabelecidas neste Termo e em seus Anexos, parte integrante do Edital, a realizar-se na data de 13/01/2022, às 10h, exclusivamente por meio do endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br. Os interessados poderão obter o Edital completo através dos Sites da internet: www.conter.gov.br e www.comprasnet.gov.br, a partir do dia 14/01/2022, das 08h00.

Onde se lê: a realizar-se na data de 13/01/2022, às 10h, leia-se: a realizar-se na data de 26/01/2022, às 10h. Maiores informações, pelo e-mail: conter@conter.gov.br.

Brasília/DF, 17 de janeiro de 2022.
REGIANE MELO DA TRINDADE
Pregoeira/CONTER

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2022 - UASG 389153

Nº Processo: 476916.003909/202. Objeto: Contratação de Empresa de Tecnologia da Informação para fornecimento de solução tecnológica, para no mínimo 10 (dez) usuários, no modelo SaaS, para assinaturas eletrônicas e digitais, em documentos no âmbito do Conselho Regional de Administração de Santa Catarina, gestão e armazenamento de documentos assinados em repositório na nuvem, bem como treinamento inicial e suporte técnico da solução adquirida. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 18/01/2022 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h59. Endereço: Av. Prefeito Osmar Cunha, 260 Ed. Royal Bussines Center 8º Andar Cen, - Florianópolis/SC ou <https://www.gov.br/compras/edital/389153-5-00001-2022>. Entrega das Propostas: a partir de 18/01/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 28/01/2022 às 14h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

LUCAS AMANTE CARDOSO
Pregoeiro

(SIASgnet - 17/01/2022) 389153-38000-2022NE000016

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPIRITO SANTO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Contrato nº 02/2022 - Dispensa de Licitação. Contratante: CRCES. Contratada: LACUNA SOFTWARE CNPJ: 20.658.903/0001-71. Objeto: Contratação de software no modelo SaaS para inserção e validação de assinatura digital e carimbo de tempo em documentos, que será prestado sob demanda nas condições estabelecidas no Termo de Referência nº 42/2021 e pago o quantitativo efetivamente executado de acordo com a tabela progressiva de valores. Valor: R\$ 5.940,00 - Conta contábil: 6.3.1.3.02.01.005 - Serviços de Tecnologia da Informação.

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Contrato nº 37/2021 - Dispensa de Licitação. Contratante: CRCES. Contratada: LACUNA SOFTWARE CNPJ: 20.658.903/0001-71. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Consultoria, Diagnóstico, Elaboração e Implementação do Plano de operacionalização da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD e treinamento de todos envolvidos no tratamento dos dados gerados pelo CRCES, incluindo o fornecimento de software, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência nº 34/2021. Valor: R\$ 17.530,00 - Conta contábil: 6.3.1.3.02.01.002 - SERVIÇO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA.

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Contrato nº 01/2022 - Dispensa de Licitação. Contratante: CRCES. Contratada: BYSOFT DO BRASIL LTDA CNPJ: 10.242.721/0001-61. Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de Licença de Uso dos Softwares Adobe Creative Cloud for Teams, específicos para o trabalho com design de campanhas, criação de artes e edição de vídeos. Valor: R\$ 4.645,00 - Conta contábil: 6.3.2.1.05.01.002 - SOFTWARES.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MATO GROSSO

RESULTADO DE ELEIÇÃO

ATA DE 14 DE JANEIRO DE 2022 - ELEIÇÃO E POSSE

O Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso torna público que seu Plenário, reunido em catorze de janeiro de dois mil e dois, na cidade de Cuiabá-MT, elegeu os membros da diretoria para o biênio 2022/2023, com a seguinte composição:

Mandato de 14/01/2022 a 31/12/2023
Contadora GISELI ALVES SILVENTE - Presidente
Contador VALMIR CECILIO ARAUJO SIQUEIRA - Vice-Presidente Administração
Contadora ELBA VICENTINA DE MORAES - Vice-Presidente de Controle Interno
Contador LEONCIO FRANCISCO MIRANDA DA SILVA - Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina
Contadora ELIZARETE DA CRUZ E SILVA NAVARRETE - Vice-Presidente de Registro Profissional
Contadora GFANNE FABIA SUBTIL DE OLIVEIRA - Vice-Presidente Desenvolvimento Profissional
Contador JONAS DA COSTA CRUZ - Vice-Presidente de Pesquisa e Estudos Técnicos

CONTADORA GISELI ALVES SILVENTE
Presidente do CRCMT

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL

CREDENCIAMENTO

O Presidente homologou o cadastramento para o Programa de Educação Continuada (PEC) do CRCSP, da parceria relacionada através dos Editais 02/2021 e 03/2021, para divulgação do curso de bacharel em ciências contábeis e cursos de pós-graduação, bem como oferecimento de descontos aos profissionais da contabilidade com base nos seguintes processos: DES. nº 07363/2021 - Fundação Instituto de Pesquisas Atuariais e Financeiras. Vigência: 24 (vinte e quatro) meses a partir de 08/11/2021; DES. nº 07364/2021 - Fundação Instituto de Pesquisas Atuariais e Financeiras. Vigência: 24 (vinte e quatro) meses a partir de 08/11/2021.

São Paulo, 17 de janeiro de 2022.
JOSE APARECIDO MAION

CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DA 2ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços do Processo Secom nº 099/2020 - Dispensa. Contratante: Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região. Contratada: Elevadores Otis Ltda. Objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva de elevador na Delegacia Regional de Praia Grande - Alterações dos Itens: 5.3 - Preço e 5.6 - Vigência. Data da Assinatura: 29/11/2021. Das Assinaturas: José Augusto Viana Neto e Katucha Arouca Garofalo.

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
PREGÃO Nº 38/2021

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 079/2021, publicada no D.O.U de 04/01/2022. Objeto: Pregão Eletrônico Aquisição de materiais de limpeza, descartáveis e higiene, sob demanda, pelo período de 12 (doze) meses. Novo Edital: 18/01/2022 das 08h30 às 17h30. Endereço: Rua Pamplona, 1200 Jardim Paulista - SAO PAULO - SP Entrega das Propostas: a partir de 18/01/2022 às 08h30 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 28/01/2022, às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

FABRICIO PIMENTA RODRIGUES
Pregoeiro

(SIDEC - 17/01/2022) 389297-30131-2022NE000078

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROSPECCÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL Nº 1/2022

O Conselho Regional de Corretores de Imóveis 2ª Região/SP - CRECISP - por intermédio da Comissão instituída pela Portaria 4.690, de 10 de janeiro de 2014, avisa aos interessados que pretende prospectar no mercado imobiliário, no município de São Paulo/SP, via CHAMAMENTO PÚBLICO, com base no Acórdão nº 1.273/2018 - TCU - Plenário, publicado em 22/06/2018 no D.O.U, visando a aquisição de imóvel em edifício empresarial:

O imóvel deverá atender às seguintes especificações:

Área útil aproximada de 200 m²

Localização: Rua Pamplona, nº 1188 - Jd. Paulista/SP

Condomínio com recepção e controle de acesso.

Bom estado de conservação das instalações.

A prospecção de imóvel à Rua Pamplona nº 1188, na cidade de São Paulo, justifica-se pelo fato do CRECISP já ser proprietário de algumas unidades/salas no mesmo edifício, onde funciona parte da estrutura das funções institucionais do órgão.

As propostas deverão contemplar os detalhes do imóvel, a planta baixa com indicação da área ofertada, e todas as informações pertinentes.

Os interessados deverão encaminhar suas propostas ao endereço da Rua Pamplona, 1200, 6º andar, São Paulo/SP, CEP 01405-001, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do dia subsequente ao da publicação do presente edital.

No processo de escolha, o CRECISP adotará as formalidades estabelecidas na Lei nº 8.666/93, levando-se em consideração a relação preço de mercado, localizações e dimensões adequadas.



De: Setor Administrativo do CRCES

Para: Gestão de Contratos


Ref.: Processo nºADM2021000293

Contratação de empresa visando prestação de serviço de serviços de disponibilização de licenças de programas específicos para o Setor de Comunicação

DESPACHO

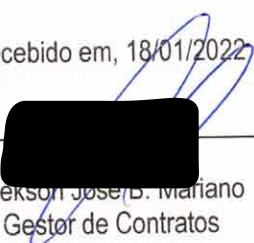
Encaminho o processo em referência, com Contrato já pactuado e devidamente publicado para acompanhamento desta área.

Vitória, 18 de janeiro de 2022



Josilene de Araújo
Chefe do Setor Administrativo do CRCES




Recebido em, 18/01/2022



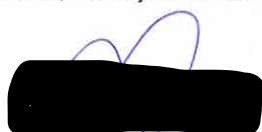
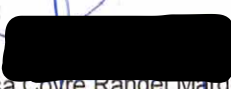
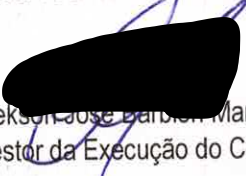
Welton José B. Mariano
Gestor de Contratos

TERMO DE CONHECIMENTO

Declaramos ter conhecimento da Portaria CRCES nº 008/2022, por meio da qual fomos nomeados para exercermos as funções de gestor e fiscais, respondendo pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte Contrato:

Fiscal Técnico:	Victor Hugo Pinto de Figueiredo Bernardo			Matrícula:	
Fiscal Técnico Substituto:	Vanessa Covre Rangel Marques			Matrícula:	
Gestor:	Wekson José Barbieri Mariano			Matrícula:	
Contrato nº:	001/2022	Vigência:	11/01/2022 a 10/01/2023		
Contratado:	BUYSOFT DO BRASIL LTDA				
Objeto:	Contratação de empresa especializada no fornecimento de Licença de Uso dos Softwares Adobe Creative Cloud for teams, específicos para o trabalho com design de campanhas, criação de artes e edição de vídeos.				

Vitória/ES, 19 de janeiro de 2022.


Victor Hugo Pinto de Figueiredo Bernardo
Fiscal Técnico
Vanessa Covre Rangel Marques
Fiscal Técnico Substituto
Wekson José Barbieri Mariano
Gestor da Execução do Contrato

PORTARIA CRCES Nº 008, DE 19 DE JANEIRO DE 2022.

Nomeia gestor e fiscais do Contrato firmado entre o Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo e a empresa BUYSOFT DO BRASIL LTDA.

A **Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo**, no uso de suas atribuições legais e regimentais;




Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração, especialmente designado;

Considerando o disposto nos artigos nºs 44 a 50 e respectivos Anexos da Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

Considerando o entendimento do Tribunal de Contas da União acerca da indicação e designação de gestores e fiscais de contratos;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os funcionários abaixo relacionados para exercerem as funções de gestor e fiscais e responderem pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte Contrato:

Fiscal Técnico:	Victor Hugo Pinto de Figueiredo Bernardo		Matrícula:	
Fiscal Técnico Substituto:	Vanessa Covre Rangel Marques		Matrícula:	
Gestor:	Wekson José Barbieri Mariano		Matrícula:	
Contrato nº:	001/2022	Vigência:	11/01/2022 a 10/01/2023	
Contratado:	BUYSOFT DO BRASIL LTDA			
Objeto:	Contratação de empresa especializada no fornecimento de Licença de Uso dos Softwares Adobe Creative Cloud for teams, específicos para o trabalho com design de campanhas, criação de artes e edição de vídeos.			

Art. 2º Para efeitos desta Portaria conceitua-se:

- I. Gestão:** é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao Setor de Contratos para formalização dos procedimentos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;
- II. Fiscalização Técnica:** é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado;
- III. Fiscal Substituto:** é aquele que assume as funções do fiscal técnico na ausência e/ou no impedimento deste.

Art. 3º As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por empregados, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão e à fiscalização do Contrato.

Art. 4º Nos casos de atraso ou falta de indicação, de desligamento ou afastamento extemporâneo e definitivo do gestor ou fiscais e seus substitutos, até que seja providenciada a indicação, a competência de suas atribuições caberá ao requisitante dos serviços.

§ 1º O fiscal substituto atuará como fiscal do Contrato nas ausências e nos impedimentos eventuais e regulamentares do titular.

§ 2º Será facultada a contratação de terceiros para assistir ou subsidiar as atividades de fiscalização do representante da Administração, desde que justificada a necessidade de assistência especializada.

§ 3º O gestor ou fiscais e seus substitutos deverão elaborar relatório registrando as ocorrências sobre a prestação dos serviços referentes ao período de sua atuação quando do seu desligamento ou afastamento definitivo.

§ 4º Para o exercício da função, os fiscais deverão receber cópias e/ou ter acesso aos documentos essenciais da contratação pelo Setor de Contratos, tais como estudos preliminares, ato convocatório e seus anexos, contrato, proposta da contratada, garantia, quando houver, e demais documentos indispensáveis à fiscalização.

Art. 5º O gestor e os fiscais do Contrato serão responsáveis para representar o Conselho Regional de Contabilidade perante o contratado e zelar pela boa execução do objeto pactuado.

Art. 6º O gestor e os fiscais do Contrato deverão zelar pela boa execução do objeto pactuado, mediante a execução das atividades de gestão, acompanhamento, orientação, fiscalização e avaliação da execução, controle e aceite, devendo ainda, no que couber:

- I. conhecer o inteiro teor do Contrato a ser fiscalizado e seus eventuais aditivos, inclusive as especificações contratadas e demais características do objeto, sanando quaisquer dúvidas com as demais áreas responsáveis pela Administração, objetivando seu fiel cumprimento;
- II. conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão e fiscalização;
- III. conhecer a descrição dos serviços a serem executados e acompanhar a sua execução, verificando a metodologia empregada, a utilização dos materiais, equipamentos e contingente em qualidades compatíveis e suficientes para que seja mantida a qualidade dos mesmos, atuando tempestivamente na solução de eventuais problemas verificados;
- IV. verificar o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no Contrato, visitando o local onde o serviço estiver sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;
- V. acompanhar o cumprimento do cronograma físico-financeiro, comunicando à autoridade superior eventuais atrasos nos prazos de entrega do objeto;

- VI. recusar os serviços prestados e respectivos materiais empregados em desacordo com o pactuado, solicitando, quando for o caso, que sejam refeitos por inadequação ou vícios que apresentem, notificando a contratada, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo);
- VII. buscar esclarecimentos e soluções técnicas para as ocorrências que surgirem durante a execução dos serviços e antecipar-se na solução de problemas que afetem a relação contratual, tais como: greve de pessoal, não pagamento de obrigações, dentre outros;
- VIII. estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do Contrato e informar à autoridade competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do serviço, determinando o que for necessário à regularização das faltas e defeitos observados (desfazimento, ajuste e correção);
- IX. zelar pelo bom relacionamento com a contratada, mantendo um comportamento ético, probo e cortês, observando rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes às suas atribuições, agindo com transparência no desempenho das suas atividades;
- X. comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões passíveis de aplicação de penalidades e/ou rescisão contratual, ou providências que ultrapassem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;
- XI. elaborar registro próprio e individualizado, de forma organizada e em ordem cronológica, onde conste o controle do saldo residual e as informações das determinações necessárias à regularização das faltas, bem como todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993;
- XII. manter planilha atualizada do valor do Contrato, com seus aditivos, se houver, e os valores já pagos, em especial quanto aos contratos executados por demanda;
- XIII. formalizar, sempre, os entendimentos com a contratada ou seu preposto, adotando todas as medidas que permitam compatibilizar as obrigações bilaterais;
- XIV. realizar a medição dos serviços efetivamente realizados, de acordo com a descrição dos serviços, definida na especificação técnica do Contrato e emitir atestados de avaliação dos serviços prestados;
- XV. receber, provisória e definitivamente, o objeto do Contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado, de acordo com o art. 73 da Lei nº 8.666/93, recusando, de pronto, objetos que não correspondam ao contratado;
- XVI. conferir os dados das notas fiscais/faturas antes de atestá-las, realizando e/ou conferindo a medição dos serviços executados e promovendo as correções devidas, quando for o caso, verificando ainda a manutenção, por parte da contratada, das condições de habilitação e qualificação, mediante análise dos documentos necessários à sua avaliação, registrando em formulário próprio (check list);
- XVII. controlar o saldo do empenho em função do valor da nota fiscal/fatura, de modo a possibilitar reforço de novos valores ou anulações parciais;
- XVIII. indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, decorrente de glosas que porventura vierem a ocorrer;
- XIX. encaminhar as notas fiscais/fatura, devidamente atestadas, em tempo hábil, ao Setor Financeiro para liberação do pagamento;

XX. comunicar à autoridade superior, bem como aos Setores de Licitações e de Contratos, eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento do CRCES;

XXI. avaliar a necessidade de readequação contratual caso sua execução não esteja plenamente de acordo com o disposto no Contrato, encaminhando à autoridade superior documento apontando as alterações necessárias, acompanhado das justificativas pertinentes para celebração do respectivo Termo Aditivo;

XXII. verificar, quando da proximidade do encerramento da vigência contratual, a necessidade da Administração em manter o serviço e interesse na sua prorrogação, emitindo nota técnica informando sobre a qualidade da prestação dos serviços e eventuais ocorrências porventura existentes, encaminhando em seguida, aos Setores de Licitações e de Contratos para continuidade dos trâmites;

XXIII. solicitar à autoridade competente, caso identificada a necessidade de nova licitação para a continuidade dos serviços, a elaboração de novo projeto básico ou termo de referência, com a antecedência mínima para nova contratação;

XXIV. confirmar, quando for o caso, para fins de restituição da garantia, o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, inclusive as trabalhistas e previdenciárias.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Contadora **Carla Cristina Tasso**
Presidente

Assinado por CARLA

CRISTINA TASSO

Rua Amélia da Cunha Ornelas, Número 30, Bairro Bento Ferreira

Telefone: (27) 3232-1600 - Fax: (27) 3232-1601 - CEP: 20050-000

Data: 15/06/2022 17:48:06 +00:00



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

FLS.: 97
PROC.: 293 / 21

Código para verificação [REDACTED]

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas (horário de Brasília):

CARLA CRISTINA TASSO [REDACTED] em 19/01/2022 14:48

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Minha Central de Verificação em 201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumento_Codigo.aspx e informe o código acima ou acesse o link abaixo:

[201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumentoExterno.aspx?codigo=\[REDACTED\]](http://201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumentoExterno.aspx?codigo=[REDACTED])